



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8 N. 3

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Felipe Moreira Cruzeiro

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mor Scarparo

Subsecretário Adjunto: Alessandro Castilhos Martins

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Diretor Adjunto: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 8, N. 3, setembro 2026

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 8	n. 3	p. 1-35	set. 2026
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 20.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Tomás Pinheiro Fiori

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO 2.º TRIMESTRE DE 2026	6
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	11
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	14
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
2 DESACELERAÇÃO DO EMPREGO FORMAL PROSSEGUE NO PAÍS E, NO RS, APROXIMA-SE DA ESTAGNAÇÃO	18
2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, NO RS E NAS DEMAIS UFs	18
2.2 DESEMPENHO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO GAÚCHO	22
2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES ADICIONAIS INCORPORADOS AO EMPREGO FORMAL	25
2.4 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRESCIMENTO DO EMPREGO NO RS	30
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1**, elaborada com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisa-se o comportamento conjuntural de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho estadual no 2.º trimestre de 2026, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do país. Com indicadores selecionados do mercado de trabalho, procura-se, também, por meio da comparação do 2.º trimestre de 2026 com o mesmo trimestre do ano anterior, identificar a evolução da posição do Rio Grande do Sul em relação às demais unidades da Federação (UFs).

De acordo com as evidências apresentadas, no 2.º trimestre de 2026, o comportamento predominante de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS foi de estabilidade. Nesse sentido, a taxa de participação na força de trabalho (65,6%), o nível de ocupação (62,8%), a taxa de informalidade (29,6%) e a taxa de desocupação (4,2%) mantiveram-se estáveis no estado nesse período. Tal comportamento foi semelhante ao verificado em SC, no PR e em SP, enquanto o agregado nacional mostrou desempenho mais favorável no que se refere à ocupação e à desocupação.

No âmbito dos rendimentos dos ocupados, no 2.º trimestre de 2026, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o desempenho do RS foi mais favorável, com variações interanuais positivas do rendimento médio mensal real habitual (5,2%) e da massa de rendimento mensal real habitual (6,2%). Na mesma referência comparativa, o comportamento dos rendimentos no mercado de trabalho gaúcho esteve mais alinhado com o do PR e com o do país.

São realizadas, ainda na seção 1, seis comparações de indicadores do mercado de trabalho com as demais UFs, as quais permitem conhecer a evolução da posição relativa do RS do 2.º trimestre de 2025 para o 2.º trimestre de 2026. Nas comparações de cinco indicadores, a posição do estado manteve-se estável, quais sejam: a taxa de participação na força de trabalho (sétima maior), o nível de ocupação (sétimo maior), a taxa de informalidade (quarta menor), a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (oitava menor) e o rendimento médio mensal real habitual (quinto maior). Somente na comparação da taxa de desocupação o RS modificou sua posição, tendo passado, do 2.º trimestre de 2025 para o 2.º trimestre de 2026, do oitavo para o décimo menor nível deste indicador entre as 27 UFs.

Na **seção 2**, analisam-se as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sobretudo o Novo Caged, que consolida mensalmente os registros administrativos encaminhados pelos empregadores a respeito dos vínculos formais de trabalho iniciados (admissões) e interrompidos (desligamentos). Adicionalmente, recorre-se a uma segunda base do MTE, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), também alimentada pelas declarações dos empregadores, a qual sistematiza anualmente informações sobre todos os vínculos formais ativos.

Entre julho de 2025 e julho de 2026, o emprego formal no estado e no país teve as menores taxas de expansão desde o 1.º trimestre de 2021, quando a comparação ainda carregava os efeitos da pandemia de covid-19. No Brasil, nos últimos 12 meses disponíveis, chegou-se a uma variação de 1,9%, ficando o Rio Grande do Sul em situação bem mais próxima da estagnação, com apenas 0,3% de expansão, o equivalente a 8,9 mil postos formais adicionais. Demonstra-se que a distância entre o desempenho relativo do país e do estado tem-se ampliado, tendencialmente, ao longo da série, atingindo, em julho último, seu ponto mais intenso. Ademais, como tem sido recorrente, o mercado formal gaúcho situou-se na última colocação, entre as 27 UFs, em percentual de crescimento do emprego. Essa mesma posição se repete quando se acumulam os 72 meses desde o mês de julho do ano de 2020, o primeiro da série do Novo Caged. A análise aponta um considerável diferencial de crescimento relativo do mercado formal das Regiões Norte e Nordeste, em detrimento das Regiões Sul e Sudeste, cujos efeitos na distribuição espacial do emprego brasileiro são lentos em razão do quadro de forte concentração dos vínculos, historicamente consolidada, nas UFs das regiões meridionais.

No último intervalo anualizado, o pequeno acréscimo de vínculos gerado no Rio Grande do Sul dependeu fundamentalmente do setor serviços, que gerou um saldo (20 mil) superior ao agregado, com simbólica contribuição da agropecuária, ao passo que a indústria (- 8 mil), o comércio (- 3,2 mil) e a construção (- 400) tiveram encolhimento

de contingente. As atividades (divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)) com maiores volumes de postos adicionais foram a fabricação de produtos alimentícios, os serviços de escritório e a atenção à saúde humana. Retrações mais intensas verificaram-se na indústria de couro e calçados, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio varejista.

O cálculo de saldos a partir de categorias sociodemográficas recortadas segundo sexo, idade e escolaridade voltou a mostrar vieses muito fortes em favor do emprego das mulheres, dos indivíduos muito jovens (de menores de idade até os 24 anos) e dos trabalhadores com ensino médio completo ou incompleto. Embora não sejam plenamente compatíveis, o cotejo entre as séries do Novo Caged e da RAIS serviu para dar consistentes indicações de que essas recorrentes desproporções nas formações dos saldos adicionais de emprego não se consolidam em alterações significativas no conjunto dos ocupados, reforçando as cautelas sempre recomendadas. Essa preocupação tem especial relevância quando o saldo global do mercado é tão diminuto quanto os 8,9 mil, ou 0,3% do estoque, apurados entre julho de 2025 e julho de 2026.

Do ponto de vista do território gaúcho, três Regiões Funcionais (RFs), entre nove, bem como 15 dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), em uma segunda regionalização, apresentaram resultados negativos na evolução do emprego entre julho de 2025 e julho último. A análise contempla também o intervalo entre 2020 e 2026, sempre tomando o mesmo mês. Em ambos os casos, dentre outras evidências, sobressai o maior dinamismo da porção norte-nordeste do estado na geração de empregos legalizados.

1 MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO 2.º TRIMESTRE DE 2026¹

Conforme as evidências apresentadas no Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul publicado em junho de 2026, alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho estadual mantiveram-se estáveis no 1.º trimestre deste ano (Boletim de Trabalho [...], 2026). Corroborando essa afirmação, a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação e a taxa de informalidade permaneceram estáveis no 1.º trimestre de 2026. É interessante observar que o mercado de trabalho do RS tenha apresentado estabilidade em alguns indicadores no 1.º trimestre de 2026, uma vez que, por fatores sazonais, com recorrência, esses indicadores costumam piorar nesse período. O comportamento do mercado de trabalho do RS foi favorável no que diz respeito à subutilização da força de trabalho e aos rendimentos dos ocupados: no 1.º trimestre de 2026, nas comparações interanuais, ocorreram queda da taxa de desocupação e aumento do rendimento médio mensal real habitual. Em termos contextuais, deve-se ter presente que o desempenho positivo desses indicadores se deu não obstante a redução do ritmo de crescimento da economia gaúcha, cujo Produto Interno Bruto (PIB), que havia registrado variação interanual de 1,8% no 1.º trimestre de 2025, passou para 0,4% no 1.º trimestre de 2026 (Conceição; Lazzari; Fantinel, 2025, 2026).

Nesta seção, atualiza-se o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho estadual, utilizando-se dados do 2.º trimestre de 2026 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O acompanhamento do mercado de trabalho gaúcho é feito em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do Brasil. Com base em indicadores selecionados do mercado de trabalho, procura-se também identificar a evolução da posição relativa do estado em relação às demais unidades da Federação (UFs) no 2.º trimestre de 2026. Para tanto, a presente seção estrutura-se em cinco tópicos: participação na força de trabalho; nível de ocupação e trabalho informal; subutilização da força de trabalho; rendimentos dos ocupados; e, por último, considerações finais.

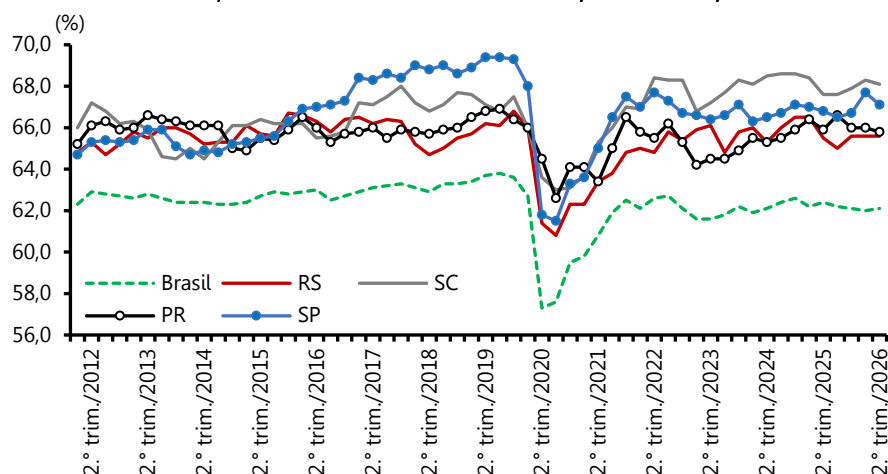
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

O pico da série temporal da taxa de participação na força de trabalho (TPFT)² no RS foi registrado no 4.º trimestre de 2019, quando o indicador atingiu 66,8% (**Gráfico 1**). No primeiro ano da pandemia de covid-19, em 2020, a TPFT sofreu queda acentuada, tanto no RS quanto nos demais estados da Região Sul, em SP e no país, a ponto de se retrair para os menores níveis da sua série temporal. Com o processo de recuperação econômica após o choque inicial provocado pela emergência sanitária, a TPFT iniciou um movimento ascendente no RS em meados de 2021, o qual se estendeu até o 2.º trimestre de 2023. Desde então, a tendência do indicador pode ser descrita como de relativa estabilidade. No 2.º trimestre de 2026, a TPFT manteve-se estável no RS (65,6%), em SC (68,1%) e no PR (65,8%). Em SP, observou-se queda na margem (de 67,7% para 67,1%), enquanto, no país, a retração ocorreu na referência comparativa interanual (de 62,4% para 62,1%). Ao se comparar a TPFT do 2.º trimestre de 2026 com a do mesmo trimestre de 2019 — ou seja, com a de um período anterior à pandemia de covid-19 —, constata-se que o RS, assim como os demais estados da Região Sul e o país, apresentava nível inferior ao observado em 2019.

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 14 de agosto de 2026.

² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalho, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

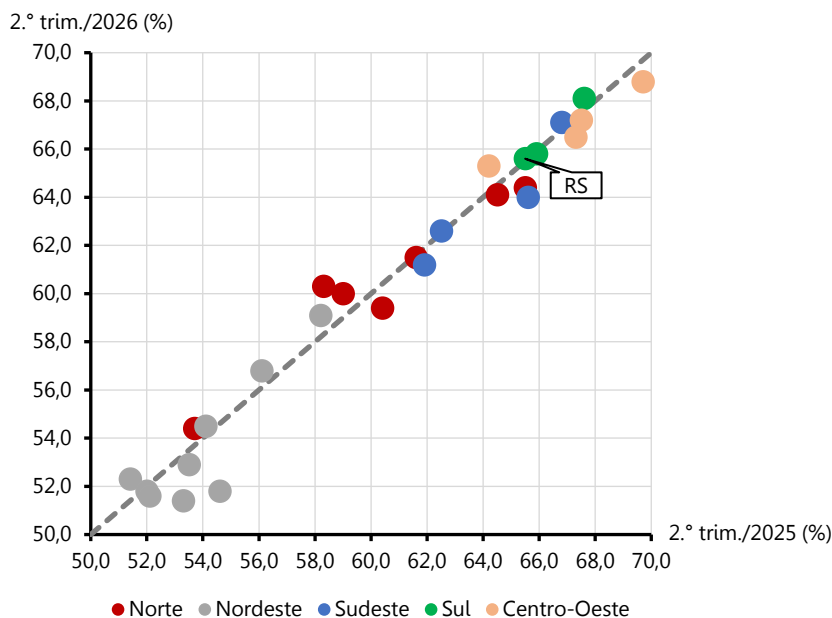
Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

É possível conhecer a evolução da posição relativa da TPFT do RS em relação às demais UF's por meio das evidências apresentadas no **Gráfico 2**. Nesse gráfico de dispersão, a TPFT do 2.º trimestre de 2025 está sendo medida no eixo horizontal, e a do 2.º trimestre de 2026, no eixo vertical. Assim, quanto mais à direita estiver o ponto correspondente à UF, maior será a sua TPFT no 2.º trimestre de 2025; da mesma forma, quanto mais acima ele estiver, maior ela será no 2.º trimestre de 2026. De acordo com o que se pode constatar no Gráfico 2, o RS manteve a sétima maior TPFT na comparação do 2.º trimestre de 2025 com o de 2026: há seis pontos à direita e acima da sua posição, os quais representam SC, PR, SP, GO, MT e o DF.

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

No que diz respeito ao número absoluto de pessoas na força de trabalho (FT) no 2.º trimestre de 2026, este se manteve estável no RS (6.158 mil pessoas), assim como no PR e em SP (**Tabela 1**). Em SC, na referência comparativa interanual, registrou variação positiva de 2,6%; no país, na margem, observou-se oscilação positiva de 0,3%. Por meio da Tabela 1, é possível também constatar que o tamanho absoluto da força de trabalho do RS, na comparação do 2.º trimestre de 2026 com o mesmo trimestre de 2019 — uma referência comparativa que antecede a pandemia de

covid-19 —, pouco se elevou, circunstância distinta da ocorrida em SC e no PR, onde esse indicador teve um crescimento mais expressivo.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil ...	105.460	95.589	102.315	106.340	105.505	107.272	108.569	108.555	108.919	(1) 0,3	0,3
RS	6.101	5.675	5.880	6.030	6.113	6.066	6.120	6.143	6.158	0,2	0,6
SC	4.026	3.940	4.057	4.304	4.317	4.503	4.531	4.632	4.648	0,4	(1)2,6
PR	6.122	5.984	5.881	6.165	6.177	6.302	6.402	6.485	6.483	0,0	1,3
SP	25.578	22.808	24.428	25.533	25.230	25.464	25.671	26.116	25.945	-0,7	1,1

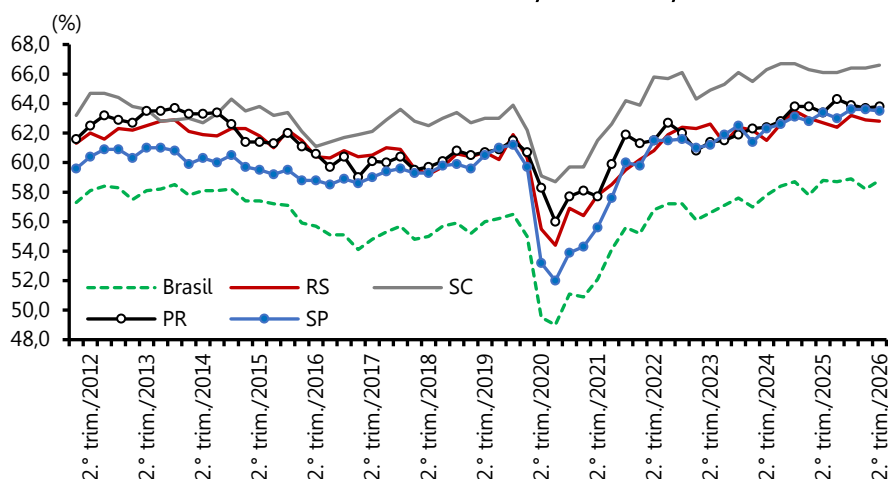
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

Devido aos impactos da pandemia de covid-19 sobre a atividade econômica, o nível de ocupação (NO)³ retraiu-se intensamente em 2020, tendo o indicador atingido, no RS, o menor patamar de sua série temporal no 3.º trimestre daquele ano, 54,4% (**Gráfico 3**). Com o início da vacinação em 2021 e o processo de retomada da atividade econômica, o NO ingressou em uma trajetória de recuperação, elevando-se até 2024, quando alcançou, no RS, no 4.º trimestre, o pico de sua série temporal, 63,5%. O desempenho do indicador no estado em 2024 foi, de certa forma, inesperado, uma vez que o RS passou por um evento climático extremo em maio, com impactos adversos sobre a sua economia (Boletim de Conjuntura [...], 2024). No 2.º trimestre de 2026, o NO manteve-se estável no RS (62,8%), em SC (66,6%), no PR (63,8%) e em SP (63,5%); no âmbito nacional, na comparação com o 1.º trimestre do mesmo ano, elevou-se de 58,2% para 58,8%.

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2026

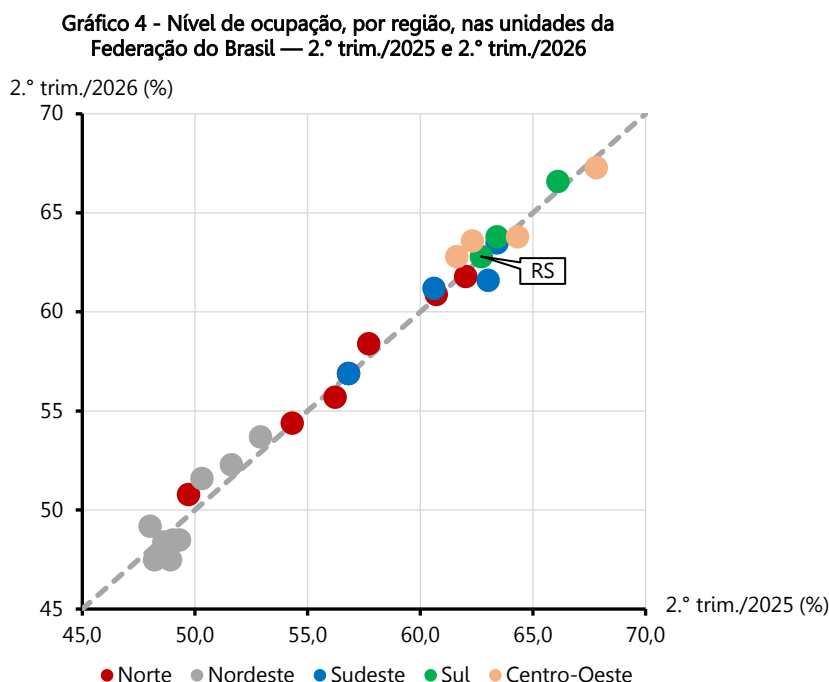


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Quanto à evolução da posição relativa do NO do RS em relação ao de todas as UFs, na comparação do 2.º trimestre de 2025 com o mesmo trimestre de 2026, esta pode ser identificada por meio das evidências expostas no **Gráfico 4**. Nesse sentido, no 2.º trimestre de 2025, o RS detinha o sétimo maior nível do indicador, pois se podem identificar seis pontos à sua direita no gráfico de dispersão, que representam os estados de SC, PR, MG, SP, GO e MT.

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

No 2.º trimestre de 2026, o RS manteve-se com o sétimo maior NO: seis pontos localizam-se acima da sua posição no Gráfico 4, que correspondem aos estados de SC, PR, SP, GO, MT e MS.



O número absoluto de ocupados no RS, em SC, em SP e no país atingiu o pico de suas séries temporais no 4.º trimestre de 2025⁴. De acordo com evidências mais recentes, no 2.º trimestre de 2026, o indicador permaneceu estável no RS (5.902 mil ocupados) e em SP (**Tabela 2**). Na referência comparativa interanual, no 2.º trimestre de 2026, o contingente de ocupados registrou variações positivas em SC (2,7%), no PR (2,1%) e, com menor intensidade, no plano nacional (0,7%).

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil ...	92.662	82.610	87.743	96.445	97.038	99.883	102.316	101.976	103.057	(1)1,1	(1)0,7
RS	5.596	5.128	5.360	5.653	5.791	5.710	5.854	5.895	5.902	0,1	0,8
SC	3.779	3.656	3.818	4.134	4.165	4.357	4.429	4.506	4.550	1,0	(1)2,7
PR	5.563	5.409	5.348	5.791	5.875	6.022	6.158	6.258	6.285	0,4	(1)2,1
SP	22.268	19.632	20.866	23.177	23.253	23.834	24.353	24.554	24.554	0,0	0,8

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

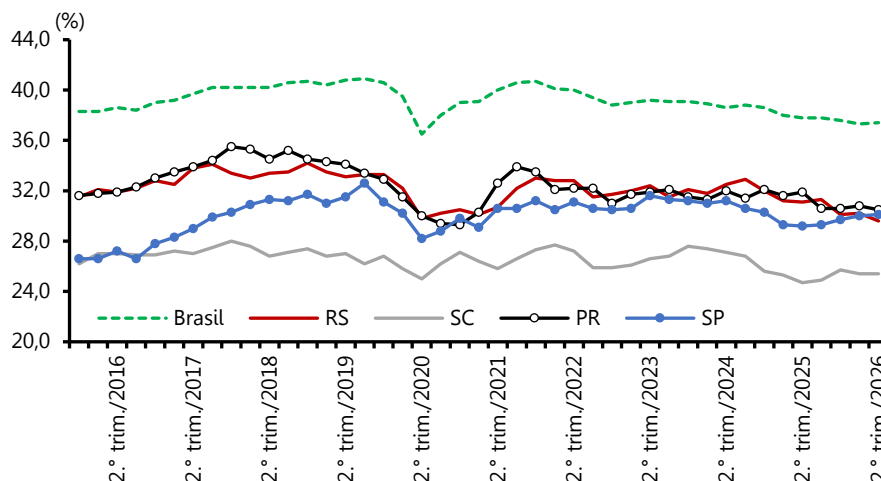
No que diz respeito à estrutura ocupacional, em termos retrospectivos, a taxa de informalidade (TI)⁵ sofreu uma intensa retração em 2020, uma vez que os impactos da pandemia de covid-19 se manifestaram mais negativamente entre os ocupados informais (OIT, 2026), que, com recorrência, precisam exercer as suas atividades laborais presencialmente, algo que foi muito limitado naquele momento (**Gráfico 5**). Com o processo de recuperação da atividade econômica, a partir de 2021, o indicador iniciou um movimento ascendente, que perdurou até a metade

⁴ Para o país, faz-se referência à série temporal da PNAD Contínua relativa aos trimestres encerrados em março, junho, setembro e dezembro.

⁵ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2026b). A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, dividida pelo contingente total de ocupados.

de 2022; desde então, a sua tendência tem sido de leve queda. No 2.º trimestre de 2026, a TI manteve-se estável no RS (29,6%), em SC (25,4%), no PR (30,5%), em SP (30,1%) e no país (37,4%). Pode-se ainda observar, com base no Gráfico 5, que, tanto no RS quanto em suas referências comparativas selecionadas, a TI do 2.º trimestre de 2026 encontrava-se em nível inferior ao do 2.º trimestre de 2019, referência comparativa de um período anterior à pandemia de covid-19.

Gráfico 5 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-2.º trim./2026

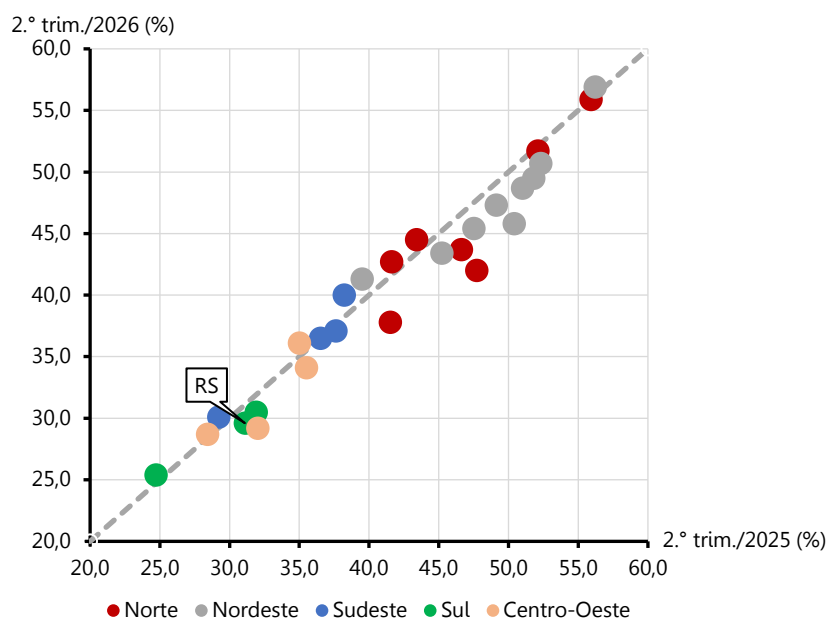


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

A evolução da posição relativa do RS diante das demais UFs no que se refere ao nível da TI pode ser visualizada no **Gráfico 6**, no qual o indicador está medido no 2.º trimestre de 2025 (eixo horizontal) e no 2.º trimestre de 2026 (eixo vertical). Pode-se perceber, por meio desse gráfico, que o RS se manteve com a quarta menor TI em ambos os trimestres: estavam localizados à esquerda de sua posição SC, SP e o DF e, abaixo, SC, MS e o DF.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

O contingente de ocupados informais ficou estável no 2.º trimestre de 2026 no RS (1.750 mil pessoas), assim como no PR e em SP (**Tabela 3**). Em SC, na comparação interanual, a ocupação informal evidenciou um aumento expressivo (5,4%) e, no âmbito nacional, na margem, registrou variação positiva (1,3%).

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil ...	37.876	30.253	35.183	38.619	38.051	38.619	38.718	38.084	38.579	(1) 1,3	-0,4
RS	1.861	1.540	1.655	1.862	1.886	1.860	1.821	1.783	1.750	-1,8	-3,9
SC	1.024	918	990	1.126	1.114	1.183	1.096	1.145	1.155	0,9	(1) 5,4
PR	1.909	1.632	1.756	1.879	1.884	1.934	1.967	1.926	1.915	-0,6	-2,6
SP	7.027	5.555	6.392	7.217	7.360	7.441	7.109	7.360	7.401	0,6	4,1

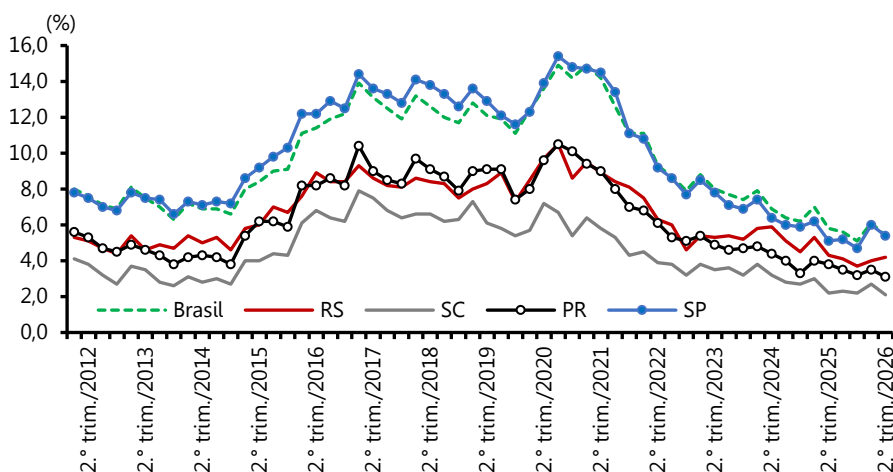
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A taxa de desocupação (TD) elevou-se de forma acentuada durante 2020, no pior momento da pandemia de covid-19 para o mercado de trabalho, situando-se no pico da sua série temporal no RS, no 3.º trimestre daquele ano, em 10,5% (Boletim de Trabalho [...], 2020). Posteriormente, com o processo de retomada da atividade econômica, o indicador evidenciou uma tendência clara de queda, atingindo o seu menor nível no estado no 4.º trimestre de 2025, 3,7%. No 2.º trimestre de 2026, a TD manteve-se estável no RS (4,2%) e em SP (5,4%) (**Gráfico 7**). Em SC, no mesmo trimestre de 2026, apresentou queda na margem (de 2,7% para 2,1%) e, no PR e no país, na referência comparativa interanual (de 3,8% para 3,1% e de 5,8% para 5,4% respectivamente).

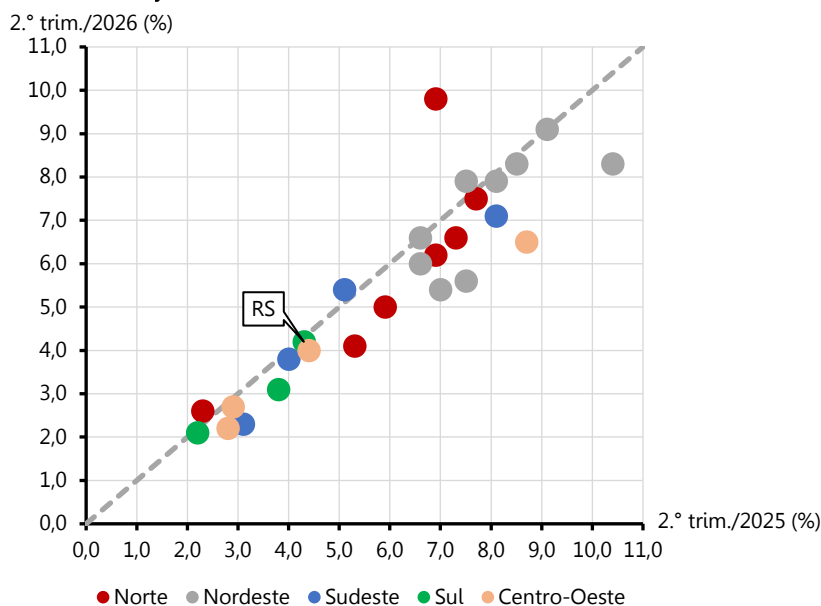
Gráfico 7 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Em relação à totalidade das UFs, a evolução da posição relativa da TD do RS pode ser conhecida por meio do **Gráfico 8**, o qual contém o indicador no 2.º trimestre de 2025 e no de 2026. De acordo com o que se pode observar no gráfico de dispersão, o RS detinha a oitava menor TD no 2.º trimestre de 2025: há sete pontos à sua esquerda, que representam os estados de SC, PR, ES, MG, MS, MT e RO. Já no 2.º trimestre de 2026, o estado havia perdido posições relativas no *ranking* do indicador, tendo passado a deter a décima menor TD: identificam-se nove pontos abaixo de sua posição no Gráfico 8, que correspondem aos estados de SC, PR, ES, MG, MS, MT, GO, RO e TO.

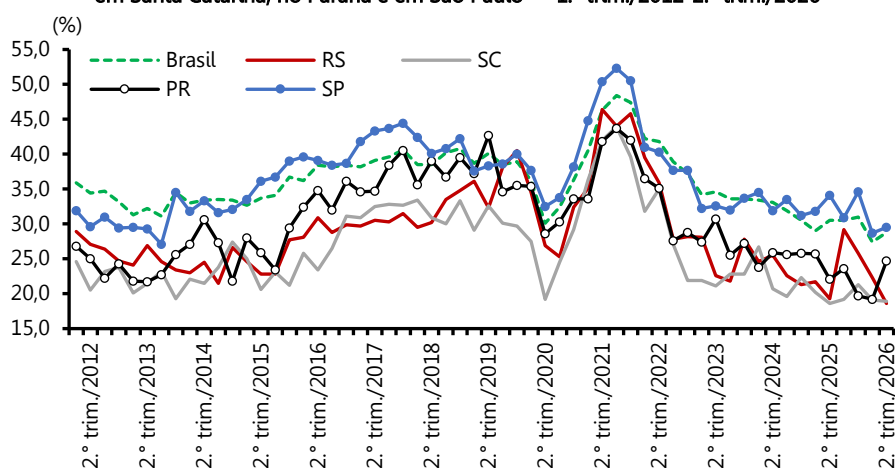
Gráfico 8 - Taxa de desocupação, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

No que diz respeito ao tempo de procura por trabalho, a incidência da desocupação de longo prazo (IDLP)⁶ reduziu-se de forma expressiva no primeiro ano da pandemia de covid-19, em decorrência do ingresso de pessoas no contingente de desocupados em 2020. Com o processo de recuperação econômica, a partir de 2021, a IDLP elevou-se, atingindo, no RS, o pico de sua série temporal no 2.º trimestre de 2021, 46,4%, ou seja, naquele contexto, o aumento do indicador foi contemporâneo à redução da TD (**Gráfico 9**). Após 2021, a IDLP evidenciou uma tendência de queda no RS e em suas referências comparativas selecionadas. No 2.º trimestre de 2026, em relação ao mesmo trimestre de 2025, a IDLP evidenciou queda no RS (de 19,3% para 18,6%), em SP (de 34,1% para 29,5%) e no país (de 30,5% para 28,8%), enquanto, em SC e no PR, registrou oscilações positivas (de 18,6% para 18,9% e de 22,1% para 24,7% respectivamente). Assinale-se que, no RS, a IDLP do 2.º trimestre de 2026 passou a ser a menor de sua série temporal.

Gráfico 9 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a, 2026b).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

⁶ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a **Incidência da Desocupação de Longo Prazo (IDLP)** corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

Quanto ao contingente de desocupados no 2.º trimestre de 2026, este se manteve estável no RS (256 mil pessoas) e em SP (Tabela 4). O indicador, no 2.º trimestre de 2026, evidenciou queda na margem em SC (-21,9%) e, na referência comparativa interanual, no PR (-18,8%) e no plano nacional (-6,3%). No caso específico do PR, o contingente de desocupados, de 198 mil pessoas no 2.º trimestre de 2026, passou a ser o menor de sua série temporal, circunstância não verificada no RS, em SC, em SP e no Brasil.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

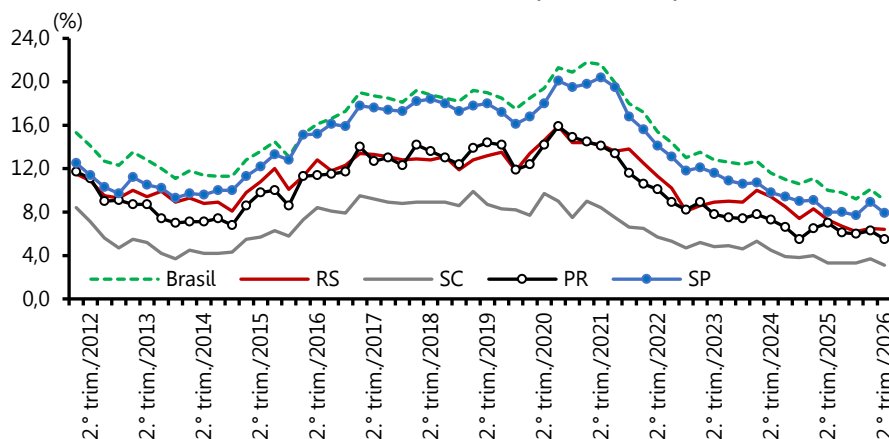
DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil ...	12.797	12.979	14.572	9.895	8.468	7.388	6.253	6.579	5.861	(1)-10,9	(1) -6,3
RS	505	548	520	377	321	357	266	249	256	2,8	-3,9
SC	247	283	239	170	153	145	101	126	98	(1)-21,9	-3,0
PR	559	575	534	374	302	280	244	228	198	-13,0	(1)-18,8
SP	3.310	3.176	3.561	2.356	1.977	1.629	1.319	1.562	1.391	-10,9	5,5

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

A taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (TCDS)⁷ vem apresentando uma trajetória de queda desde meados de 2021 (Gráfico 10). No 2.º trimestre de 2026, na margem, a TCDS manteve-se estável no RS (6,4%) e evidenciou redução em SC (de 3,7% para 3,1%), no PR (de 6,3% para 5,5%), em SP (de 8,9% para 7,9%) e no país (de 10,1% para 9,1%). Na comparação do 2.º trimestre de 2026 com o de 2025, a TCDS registrou queda no RS (-0,9 ponto percentual (p.p.)), no PR (-1,5 p.p.) e no âmbito nacional (-0,9 p.p.); em SC e em SP, manteve-se estável.

Gráfico 10 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

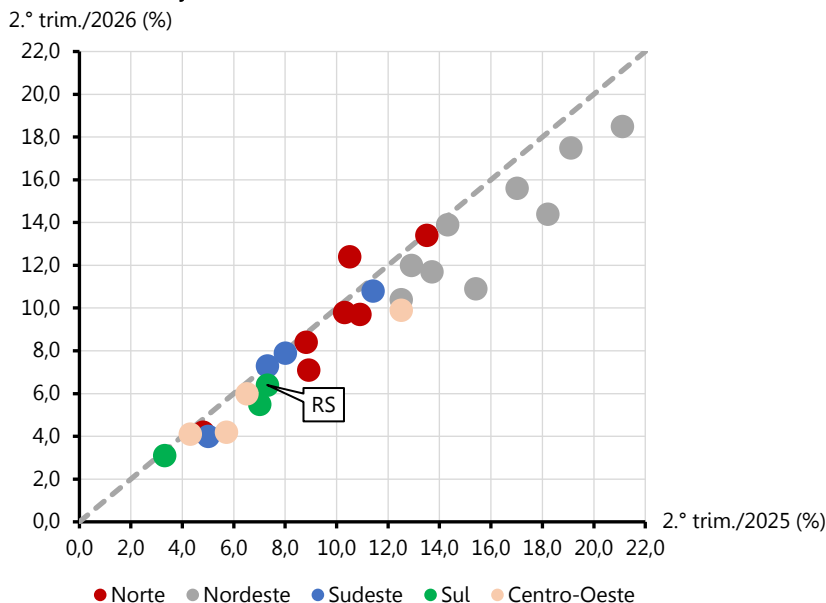
Pode-se verificar a evolução da posição relativa do RS em comparação com todas as UF's quanto ao nível da TCDS por meio do Gráfico 11, no qual consta esse indicador no 2.º trimestre de 2025 e no de 2026. Como é possível constatar, o RS manteve a oitava menor TCDS em ambos os trimestres, uma vez que se identificam sete pontos à esquerda e abaixo da sua posição no gráfico de dispersão, que correspondem aos estados de SC, PR, ES, GO, MS, MT e RO.

⁷ A Taxa Combinada de Desocupação e de Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas (TCDS) é assim obtida (OIT, 2013):

$TCDS = [(Desocupados + Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas) / Força de Trabalho] \times 100$.

São consideradas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, na PNAD Contínua, as pessoas que: (a) têm 14 anos ou mais de idade; (b) trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou em todos os seus trabalhos; (c) gostariam de trabalhar mais horas do que as habitualmente trabalhadas; e (d) estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência (IBGE, 2016).

Gráfico 11 - Taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

O contingente de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, no 2.º trimestre de 2026, na margem, permaneceu estável no RS, em 396 mil pessoas (**Tabela 5**). Na mesma referência comparativa, o indicador apresentou redução em SC (-14,6%), no PR (-11,8%), em SP (-12,1%) e no país (-9,2%). Na comparação do contingente de pessoas subutilizadas no 2.º trimestre de 2026 com o do mesmo trimestre de 2025, registrou-se queda no RS (-11,6%), no PR (-20,5%) e no país (-8,5%); em SC e em SP, o contingente manteve-se estável.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de desocupados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil ...	20.079	18.534	22.076	16.353	13.510	12.407	10.856	10.944	9.936	(1) -9,2	(1) -8,5
RS	807	826	834	683	541	570	447	397	396	-0,3	(1)-11,6
SC	350	382	341	248	210	204	149	171	146	(1)-14,6	-1,7
PR	882	848	832	627	482	459	450	406	358	(1)-11,8	(1)-20,5
SP	4.612	4.111	5.006	3.619	2.940	2.492	2.050	2.322	2.042	(1)-12,1	-0,4

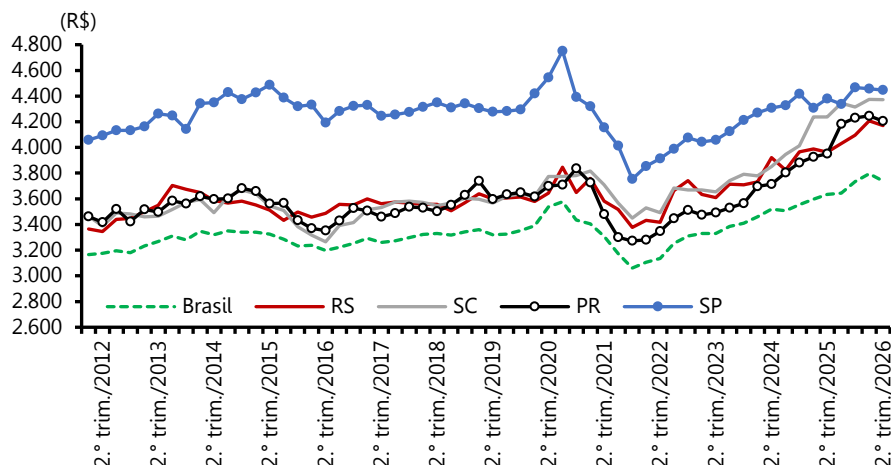
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

O rendimento médio mensal real habitual dos ocupados sofreu uma queda acentuada em 2021, provocada pela aceleração da inflação e por uma mudança na estrutura ocupacional, com a elevação da taxa de informalidade (TI), que representa um segmento de trabalhadores cujos rendimentos são relativamente mais baixos, o que impactou negativamente o nível médio de rendimentos no mercado de trabalho (Boletim de Trabalho [...], 2022). A partir de 2022, os rendimentos dos ocupados iniciaram um processo de recuperação, o qual tem como bases de sustentação a demanda de trabalho e negociações coletivas bem-sucedidas na obtenção de reajustes salariais superiores à inflação (Manganelli; Bastos; Donoso, 2026). De acordo com os dados mais recentes, no 2.º trimestre de 2026, na margem, o rendimento médio mensal real habitual manteve-se estável no RS (R\$ 4.169), em SC (R\$ 4.372), no PR (R\$ 4.204), em SP (R\$ 4.447) e no plano nacional (R\$ 3.738) (**Gráfico 12**). Já na referência comparativa interanual, no 2.º trimestre de 2026, o indicador registrou variações positivas no RS (5,2%), no PR (6,4%) e no plano nacional (2,8%); em SC e em SP, permaneceu estável.

Gráfico 12 - Rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-2.º trim./2026



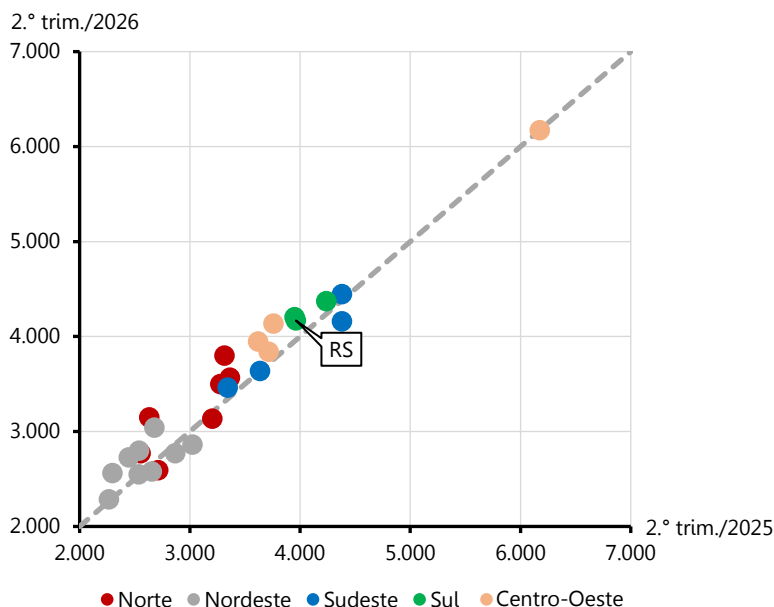
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2026.

No que tange à evolução da posição relativa do rendimento médio mensal real habitual dos ocupados no RS em comparação com o de todas as UFs, na passagem do 2.º trimestre de 2025 para o de 2026, a inspeção visual do **Gráfico 13** permite conhecê-la. Conforme se percebe, o RS possuía o quinto maior nível do indicador sob análise no 2.º trimestre de 2025, dado que se identificam quatro pontos à sua direita no gráfico de dispersão, que correspondem a SC, SP, RJ e o DF. No 2.º trimestre de 2026, o estado manteve o quinto maior nível do rendimento médio mensal real habitual: quatro pontos localizam-se acima da sua posição, que representam SC, PR⁸, SP e o DF. Assinale-se, ainda, no Gráfico 13, o nível do rendimento médio mensal real habitual no DF, 65,1% superior ao indicador médio do país no 2.º trimestre de 2026.

Gráfico 13 - Rendimento médio mensal real habitual, por região, nas unidades da Federação do Brasil — 2.º trim./2025 e 2.º trim./2026



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2026.

⁸ Os pontos que correspondem ao RS e ao PR no Gráfico 13 estão praticamente sobrepostos.

O desempenho do rendimento médio mensal real habitual por posição na ocupação no 2.º trimestre de 2026 no RS e em suas referências comparativas selecionadas pode ser avaliado por meio dos dados da **Tabela 6**.⁹

Tabela 6 - Rendimento médio mensal real habitual dos ocupados por posição na ocupação, no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

a) Brasil											
DISCRI- MINA- ÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL (R\$)									VARIACÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Empre- gado ...	3.155	3.383	3.224	2.995	3.116	3.279	3.392	3.531	3.475	(1)-1,6	(1) 2,5
Conta própria	2.422	2.563	2.427	2.478	2.669	2.859	3.011	3.133	3.109	-0,8	(1) 3,3
Empre- gador ..	8.395	8.998	7.921	7.279	8.543	8.862	8.830	9.521	9.148	-3,9	3,6
b) Rio Grande do Sul											
DISCRI- MINA- ÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL (R\$)									VARIACÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Empre- gado	3.324	3.405	3.364	3.064	3.254	3.462	3.594	3.746	3.671	-2,0	2,2
Conta própria	2.954	2.979	2.970	3.141	3.374	3.482	3.502	3.875	3.812	-1,6	(1) 8,8
Empre- gador ..	7.899	8.157	7.506	7.150	7.435	9.554	8.543	9.255	9.469	2,3	10,8
c) Santa Catarina											
DISCRI- MINA- ÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL (R\$)									VARIACÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Empre- gado ...	3.251	3.623	3.428	3.178	3.350	3.486	3.834	3.909	3.862	-1,2	0,7
Conta própria	3.289	3.307	2.970	3.486	3.551	3.733	4.158	4.444	4.375	-1,5	5,2
Empre- gador ..	7.480	6.529	7.170	7.119	7.473	8.538	9.250	9.127	9.876	8,2	6,8
d) Paraná											
DISCRI- MINA- ÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL (R\$)									VARIACÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Empre- gado	3.314	4.052	3.288	2.983	3.182	3.357	3.571	3.759	3.715	-1,2	4,0
Conta própria	3.038	3.084	2.942	3.066	3.263	3.402	3.594	3.839	3.763	-2,0	4,7
Empre- gador ..	7.672	8.938	7.458	8.125	7.463	9.066	8.286	10.248	10.290	0,4	(1)24,2
e) São Paulo											
DISCRI- MINA- ÇÃO	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL (R\$)									VARIACÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Empre- gado	3.827	4.052	3.881	3.656	3.600	3.889	3.973	4.087	4.061	-0,6	2,2
Conta própria	3.479	3.537	3.198	3.247	3.663	3.868	4.075	4.044	4.136	2,3	1,5
Empre- gador ..	11.184	12.804	9.913	8.616	11.336	11.117	11.026	11.471	10.982	-4,3	-0,4

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026a, 2026b).

Nota: 1. Rendimento médio mensal real habitual do trabalho principal dos ocupados.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 2.º trim./2026.

3. Rendimento médio mensal real habitual do trabalho principal do 2.º trimestre de 2020 e do 2.º trimestre de 2021: elaboração própria com os microdados da PNAD Contínua.

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

⁹ Os rendimentos médios mensais reais habituais por posição na ocupação do 2.º trimestre de 2020 e do 2.º trimestre de 2021 foram computados com o Software R (versão 4.6.1) e os pacotes PNADclBGE (versão 0.7.5) e *survey* (versão 4.5). A respeito desses pacotes, ver Braga, Assunção e Hidalgo (2024) e Lumley (2026).

Na comparação com o 1.º trimestre de 2026, no RS, assim como em SC, no PR e em SP, em todas as posições na ocupação, o rendimento médio mensal real habitual manteve-se estável, uma vez que as suas oscilações não têm significância estatística; no país, ocorreu variação negativa entre os empregados (-1,6%). Na referência comparativa interanual, no 2.º trimestre de 2026, verificou-se variação positiva do indicador no RS entre os trabalhadores por conta própria (8,8%); no PR, entre os empregadores (24,2%); e, no âmbito nacional, entre os empregados (2,5%) e os trabalhadores por conta própria (3,3%). No caso do RS, em bases interanuais, o comportamento mais favorável do rendimento médio mensal real habitual dos trabalhadores por conta própria fez com que, no 2.º trimestre de 2026, o indicador voltasse a se situar em nível mais elevado do que o dos empregados.

A massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no 2.º trimestre de 2026, ante o trimestre anterior, manteve-se estável no RS (R\$ 24,18 bilhões), nos demais estados da Região Sul, em SP e no país (**Tabela 7**). Ao se cotejar o indicador do 2.º trimestre de 2026 com o do mesmo trimestre de 2025, constata-se que ocorreram variações positivas no RS (6,2%), em SC (6,1%), no PR (8,8%) e no país (3,6%); em SP, houve estabilidade. Especificamente no RS, o aumento interanual da massa de rendimento mensal real habitual no 2.º trimestre de 2026 deveu-se ao desempenho positivo dos rendimentos médios, uma vez que o contingente de ocupados permaneceu estável no mercado de trabalho estadual.

Tabela 7 - Massa de rendimento mensal real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DIS- CRIMI- NA- ÇÃO	MONTANTE (R\$ milhões)									VARIAÇÃO %	
	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	2.º	1.º	2.º	2.º Trim./2026	2.º Trim./2026
	Trim./2019	Trim./2020	Trim./2021	Trim./2022	Trim./2023	Trim./2024	Trim./2025	Trim./2026	Trim./2026	1.º Trim./2026	2.º Trim./2025
Brasil ...	300.178	285.661	283.525	296.708	317.628	346.577	367.147	382.141	380.309	-0,5	(1)3,6
RS	19.453	18.088	18.600	18.712	20.241	21.949	22.771	24.364	24.183	-0,7	(1)6,2
SC	13.193	13.515	13.853	14.233	15.025	16.638	18.610	19.540	19.752	1,1	(1)6,1
PR	19.562	19.584	18.210	19.051	20.258	22.123	24.067	26.304	26.197	-0,4	(1)8,8
SP	94.202	88.340	85.896	90.018	93.773	101.977	106.148	108.899	108.690	-0,2	2,4

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2026b).

Nota: 1. Massa de rendimento mensal real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 2.º trim./2026.

(1) Significância estatística com 95% de confiança.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sumarizando as evidências apresentadas nesta seção, no 2.º trimestre de 2026, o comportamento predominante de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do RS foi de estabilidade. Nesse sentido, a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação, a taxa de informalidade e a taxa de desocupação mantiveram-se estáveis no RS no 2.º trimestre de 2026. Tal comportamento foi semelhante ao verificado em SC, no PR e em SP, enquanto o agregado nacional mostrou desempenho mais favorável no que se refere à ocupação e à desocupação.

No âmbito dos rendimentos do trabalho, no 2.º trimestre de 2026, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, como foi mostrado, o desempenho do RS foi favorável, com variações interanuais positivas do rendimento médio mensal real habitual e da massa de rendimento mensal real habitual. Na mesma referência comparativa, o comportamento dos rendimentos no mercado de trabalho gaúcho esteve mais alinhado com o do PR e o do país.

Foram realizadas, nesta seção, seis comparações de indicadores do mercado de trabalho com as 27 UFs, as quais permitiram conhecer a evolução da posição relativa do RS do 2.º trimestre de 2025 para o 2.º trimestre de 2026. De acordo com o que foi mostrado, nas comparações de cinco indicadores, a posição do RS manteve-se estável, quais sejam: a taxa de participação na força de trabalho, o nível de ocupação, a taxa de informalidade, a taxa combinada de desocupação e de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e o rendimento médio mensal real habitual. Somente na comparação da taxa de desocupação o estado modificou sua posição, tendo passado, do 2.º trimestre de 2025 para o 2.º trimestre de 2026, do oitavo para o décimo menor nível do indicador entre as 27 UFs.

2 DESACELERAÇÃO DO EMPREGO FORMAL PROSSEGUE NO PAÍS E, NO RS, APROXIMA-SE DA ESTAGNAÇÃO

Na primeira seção, abordou-se o comportamento geral do mercado de trabalho gaúcho, em suas mais variadas dimensões analíticas. Esta seção, por sua vez, concentra-se no segmento formalizado do mercado de trabalho, partindo dos registros administrativos de admissões e desligamentos em vínculos de emprego cobertos pelo reconhecimento legal. Essas movimentações de mão de obra devem, por força de lei, ser informadas pelos empregadores ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que as consolida na base estatística do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), cuja divulgação é mensal e muito tempestiva. Neste número, a série, que teve início em janeiro de 2020, avança até os resultados de julho último. Acessoriamente, recorre-se, aqui, a outra base de dados do MTE, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que tradicionalmente tem alcance ainda maior sobre o universo que a deve declarar e não se limita aos vínculos de trabalho iniciados ou rompidos (como no caso do Novo Caged), mas abrange informações sobre todos os indivíduos empregados no momento da totalização, que é anual. A última edição disponível contempla o fechamento do ano de 2025.

Na primeira subseção, a seguir, analisa-se o volume global do emprego formal no Rio Grande do Sul, no Brasil e nas demais unidades da Federação e sua evolução nos últimos 12 meses da série do Novo Caged e em outros intervalos que a base permite recortar, reencontrando-se o estado com a menor variação percentual do total de vínculos de todo o país, desta vez, muito próxima a zero (0,3%, entre o final de julho de 2025 e o mesmo mês deste ano). A seguir, aborda-se a evolução do mercado formal de trabalho segundo os cinco grupamentos setoriais e as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). Na primeira dessas segmentações, a mais agregada, constata-se que três dos grandes setores registraram sinal negativo na evolução de sua força de trabalho formalmente empregada no território gaúcho.

A terceira subseção avalia a evolução do emprego no estado segundo três recortes sociodemográficos dos indivíduos: sexo, idade e escolaridade. Em cada um desses atributos, segmentam-se os trabalhadores e as trabalhadoras e calculam-se os saldos específicos que resultam, para cada categoria, a partir dos totais de admissões e desligamentos. Habitualmente, em diversos números deste boletim, adverte-se sobre o caráter meramente indicativo desse procedimento, especialmente no quesito etário, já que o cômputo restrito às movimentações não permite apreender o avanço da idade dos trabalhadores que conservam um mesmo vínculo de emprego. Em grau presumivelmente menos acentuado, tais alterações incidiriam também na escolaridade, para aqueles indivíduos que progredem em sua formação educacional enquanto se mantêm em um mesmo posto de trabalho.

A quarta seção examina as variações do emprego gaúcho nas nove Regiões Funcionais (RFs) e nos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), contrastando esses resultados em dois recortes temporais: os últimos 12 meses disponíveis na base do Novo Caged e o intervalo de julho de 2020 a julho de 2026, que é o arco temporal mais amplo que a série estatística permite, mantendo-se sempre múltiplos de ciclos anuais completos, para que não haja distorções decorrentes dos padrões sazonais. A seção encerra-se com breves considerações finais.

2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO BRASIL, NO RS E NAS DEMAIS UFs

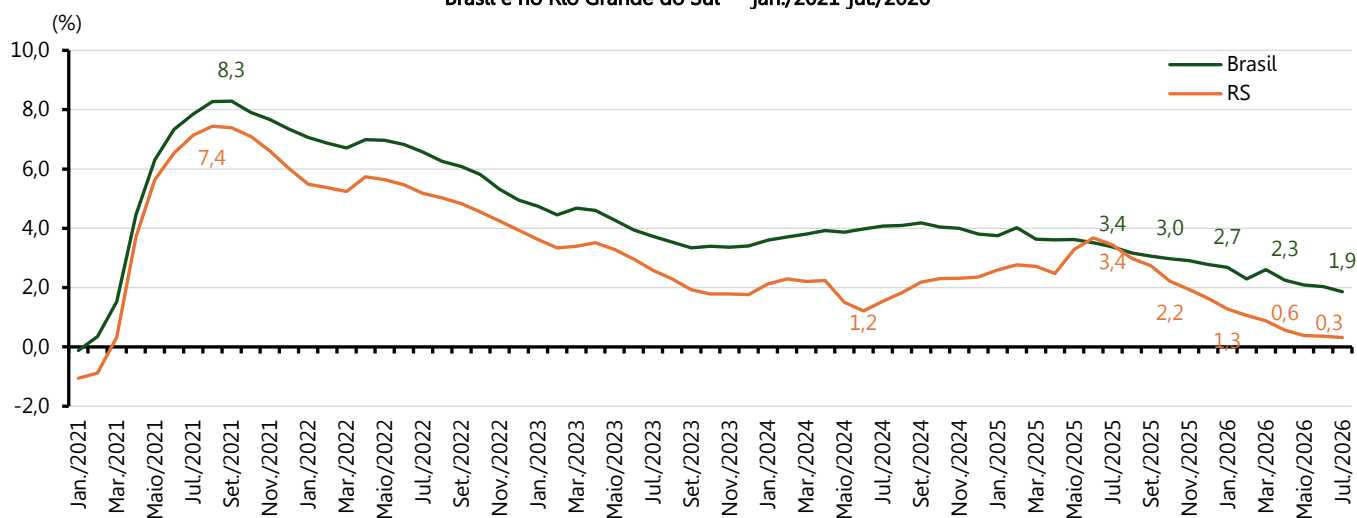
Entre o final de julho de 2025 e o mesmo ponto de 2026, o Rio Grande do Sul registrou um acréscimo de 8,9 mil vínculos de trabalho formal. No agregado do país, esse total foi cerca de 100 vezes superior, com 881 mil postos adicionais criados no período.

Como demonstra o **Gráfico 14**, em ambos esses recortes territoriais, a cadência com que se expande o emprego legalizado tende persistentemente ao declínio desde os atípicos resultados anualizados de 2021, quando a rebaixada base de comparação (o mesmo período de 2020, momento ainda agudo do primeiro impacto da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho) alçou a variação em 12 meses dos níveis de emprego a patamares nunca mais alcançados. Infelizmente, a série do Novo Caged não permite retroceder ainda mais, temporalmente, na análise de tal comportamento. Outra circunstância excepcional de grande impacto verificou-se no Rio Grande do Sul, em 2024,

e seus efeitos são bastante nítidos na análise gráfica: o desastre climático do 2.º trimestre daquele ano reduziu drasticamente as variações do emprego formal gaúcho, sempre tomados os acumulados de 12 meses, e foi, no ano seguinte, “compensado”, estatisticamente, pela baixa referência comparativa.

Há cerca de um ano, no estado (em razão desse efeito matemático), e há quase dois, no país, a tendência de desaceleração do crescimento do emprego formal vem sendo clara e acentuada, em que pese a suaves oscilações e contramovimentos no plano nacional. Os percentuais de variação anualizada, tanto do Rio Grande do Sul quanto do agregado do Brasil, foram, em julho último, os mais baixos da série desde o 2.º trimestre de 2021. No Brasil, ainda assim, a expansão atingiu 1,9% nos últimos 12 meses. Já no mercado formal gaúcho, chegou-se muito perto da estagnação, com um saldo que representou aumento de 0,3% do estoque de empregados formais.

Gráfico 14 - Variação acumulada em 12 meses do número de vínculos formais de trabalho no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./2021-jul./2026

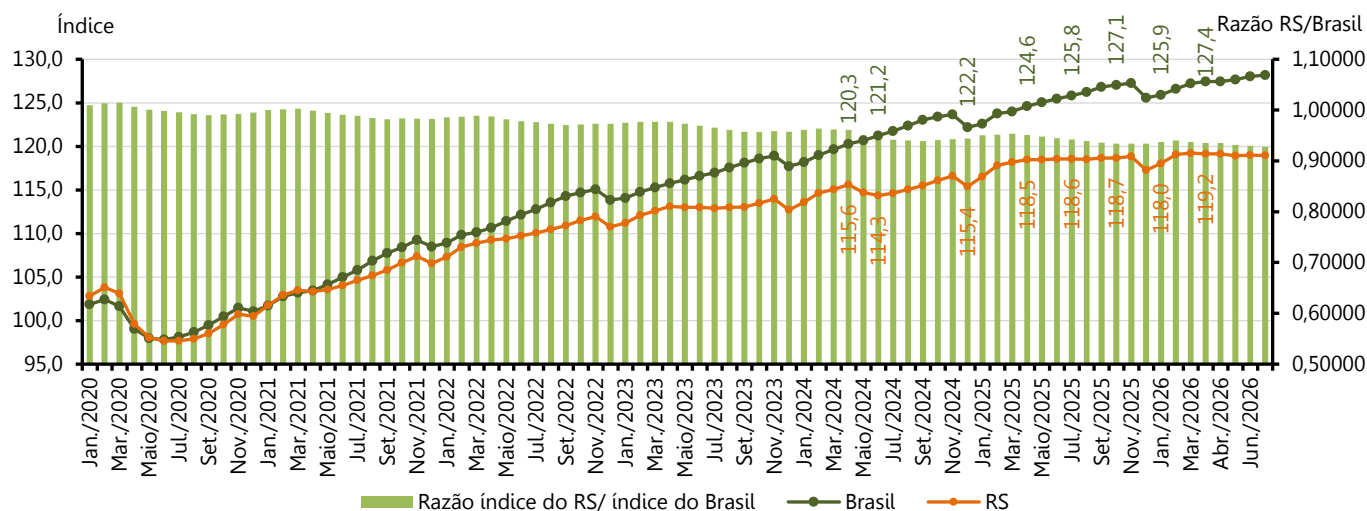


Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

A crescente distância do desempenho do Rio Grande do Sul ante o nacional, em desfavor do estado, pode ser visualizada em um tratamento alternativo da mesma série, consolidado no **Gráfico 15**, no qual, em lugar das variações em 12 meses, apresentam-se números-índices dos totais de vínculos formais apurados para o Rio Grande do Sul e para o Brasil, tomando como base (= 100) a média dos 12 meses de 2020. Nesse caso, não poucas diferenças devem merecer atenção: parte-se de janeiro de 2020; não há acumulação de meses, o que leva as linhas a apresentarem oscilações mais acentuadas devido aos comportamentos sazonais dos mercados de trabalho de cada recorte territorial; por fim, como se analisam os estoques de emprego formal, ao contrário dos percentuais de variação, o comportamento da série mantém-se fundamentalmente de ascensão — chamando a atenção, no entanto, o arrefecimento do impulso expansivo.

O uso de números-índices favoreceu a criação de uma medida para cotejar os resultados do Rio Grande do Sul e do Brasil: uma simples razão entre eles, referida ao eixo vertical direito do gráfico, expõe graficamente a que distância os estoques de empregos do estado se encontram em relação aos nacionais a cada mês contemplado na série. E o resultado reforça o progressivo distanciamento, em desfavor do mercado de trabalho gaúcho, nesse quesito que consiste na intensidade da geração de empregos formais. Mesmo que isso não se reflita, como foi analisado na seção 1, em uma maior incidência relativa da desocupação ou mesmo da subutilização da força de trabalho no estado, é da pujança de uma economia que se dinamiza e cresce que se está tratando, indiretamente. Se os índices evoluíssem com a mesma intensidade, a razão se manteria no valor equivalente a 1, mas o que se vê é que, desde 2020, esse valor não é alcançado, que dirá ultrapassado, e que seus resultados decrescem continuamente. Em nove dos últimos 12 meses, a razão recuou relativamente ao mês anterior (exceções entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026). Em julho deste ano, último resultado disponível, a razão chegava ao seu menor valor em toda a série, 0,923. Enquanto o mercado de trabalho brasileiro ostentava um crescimento de 28,2% do seu contingente formalmente empregado em comparação com a média de 2020, o do Rio Grande do Sul limitava-se a 18,9%.

Gráfico 15 - Índice do estoque de empregos formais no Brasil e no Rio Grande do Sul e razão entre eles — jan./2020-jul./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Nota: Os índices têm como base a média dos estoques dos 12 meses de 2020 = 100.

O descompasso entre a cadência do crescimento do emprego no estado e no agregado do Brasil, que esses dados sugerem, adquire nitidez ainda maior quando se analisam os resultados das 27 UF e se constata que o Rio Grande do Sul, tomadas, aqui, sempre as variações de julho a julho de cada ano, foi o último colocado na magnitude do crescimento relativo do seu estoque de vínculos formais de trabalho, em 2025 e 2026, bem como no acumulado de 2020 a 2026. No período entre 2024 e 2025, pelo efeito matemático que resultou da comparação com o momento de severa retração trazido pelos eventos climáticos extremos no primeiro desses dois anos, a posição do estado no ordenamento das UFs resultou bem mais confortável. Entretanto, quando se tomam os intervalos anualizados desde 2021 (sempre em relação ao ano anterior), o mercado formal gaúcho foi aquele com menor crescimento percentual entre as 27 UFs em 2022, 2023 e 2024, além de 2026 e do acumulado dos seis anos (**Tabela 8**).

Nos 12 meses mais recentes, Tocantins alcançou o segundo resultado mais pálido (0,4%), seguido de Minas Gerais (0,8%). Os melhores desempenhos, como tem sido regra nessa série estatística, concentraram-se nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, com liderança do Amapá (7,1%), da Paraíba (5,6%) e do Piauí (4,7%). Juntos, esses três estados representavam apenas 2,2% do estoque nacional de empregos formais em julho último. O desempenho gaúcho, no entanto, contrasta com os outros dois estados da Região Sul: nesse mesmo período, o 0,3% de crescimento do Rio Grande do Sul ficou muito aquém das variações do Paraná (1,4%) e de Santa Catarina (1,5%).

Do mesmo modo, quando se analisa o arco de seis anos entre julho de 2020 e o mesmo mês do corrente ano, o percentual de expansão do estoque de vínculos formais do Rio Grande do Sul (21,8%), o menor do país, como já foi dito, fica consideravelmente aquém do do Paraná (28,8%) e do de Santa Catarina (31,7%). Nesse intervalo, a penúltima e a antepenúltima posições são ocupadas pelos maiores mercados estaduais de trabalho formal: São Paulo e Minas Gerais (que detinham, em julho último, 30,6% e 10,3% do emprego brasileiro). Suas variações, nesse recorte temporal mais amplo, foram de 26,1% e 27,6%, respectivamente, expressivamente superiores aos referidos 21,8% do mercado formal gaúcho. Os nove estados em que o crescimento, nesse período, foi superior a 40%, juntos, somaram 6,6% do emprego legalizado do Brasil e se localizam nas Regiões Norte (os cinco primeiros colocados) e Nordeste (os outros quatro). Inversamente, as cinco UFs com expansão inferior aos 30,6% do agregado do país concentram 61,7% dos vínculos formais nacionais e localizam-se nas Regiões Sul e Sudeste.

Tabela 8 - Estoque de vínculos formais de trabalho em jul./2026 e variações do emprego formal (jul./2020-jul./2026) no Brasil e nas unidades da Federação (UFs)

BRASIL, REGIÕES E UFs	JULHO/2026		VARIAÇÕES JUL-JUL (%)		
	Estoque	Participação % no Total Nacional	2025 2024	2026 2025	2026 2020
BRASIL	48.082.866	100,0	3,4	1,9	30,6
UFs					
Rio Grande do Sul	2.841.781	5,9	3,4	0,3	21,8
Tocantins	233.305	0,5	4,7	0,4	43,9
Minas Gerais	4.973.307	10,3	2,4	0,8	27,6
São Paulo	14.706.436	30,6	2,8	1,3	26,1
Goiás	1.588.660	3,3	3,6	1,3	35,4
Paraná	3.298.917	6,9	3,4	1,4	28,8
Rio Grande do Norte	531.710	1,1	5,0	1,4	37,3
Santa Catarina	2.636.327	5,5	3,2	1,5	31,7
Rondônia	300.023	0,6	3,2	1,5	31,9
Mato Grosso do Sul	684.147	1,4	2,6	1,7	32,6
Mato Grosso	984.877	2,0	3,2	1,8	37,1
Espírito Santo	937.799	2,0	2,7	1,8	32,9
Roraima	86.233	0,2	7,0	2,3	60,3
Rio de Janeiro	3.862.348	8,0	2,9	2,4	30,0
Pará	1.017.937	2,1	3,9	2,6	37,5
Ceará	1.403.154	2,9	4,1	3,2	37,8
Alagoas	446.534	0,9	4,5	3,5	43,2
Bahia	2.198.951	4,6	4,8	3,6	39,6
Amazonas	578.982	1,2	4,9	3,8	47,4
Maranhão	647.248	1,3	4,5	3,8	41,0
Pernambuco	1.536.917	3,2	4,8	4,3	38,4
Sergipe	353.117	0,7	4,9	4,4	33,9
Distrito Federal	1.066.877	2,2	4,5	4,6	34,7
Acre	112.731	0,2	4,7	4,7	50,7
Piauí	382.101	0,8	4,7	4,9	40,5
Paraíba	558.233	1,2	5,6	5,4	43,2
Amapá	108.648	0,2	9,4	7,1	64,6
Grandes regiões					
Norte	2.437.859	5,1	4,5	2,8	41,9
Sul	8.777.025	18,3	3,3	1,1	27,3
Centro-Oeste	4.324.561	9,0	3,6	2,3	35,2
Sudeste	24.479.890	50,9	2,8	1,4	27,3
Nordeste	8.057.965	16,8	4,7	3,8	39,2

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Os percentuais de variação do emprego por grande região do país reforçam a percepção de que há uma tendência de desconcentração do mercado nacional de trabalho, movimento no qual, em que pese aos vultosos diferenciais de desempenho relativo de cada UF, a velocidade é refreada pela histórica concentração da atividade econômica, da população e do emprego na porção meridional do país, que, em julho último, abarcava quase 70% dos vínculos formais de trabalho. Entre julho de 2020 e julho de 2026, a Região Norte elevou em 41,9% seu estoque de emprego, o mais destacado resultado relativo; ainda assim, ao final do período, respondia por apenas 5,1% do mercado formal brasileiro. As Regiões Sul e Sudeste empataram com a menor variação, de 27,3%, concentrando, por sua vez, a referida predominância no estoque nacional de vínculos.

Cabe destacar que a Região Nordeste, com participação de 16,8% no mercado formal do país, no dado mais recente, encontra-se em posição bastante próxima à da Região Sul, que detém 18,3%, e sua cadência de expansão nos últimos 72 meses foi muito próxima à da Região Norte, chegando a 39,2% nesse acumulado, cerca de 12 p.p. à frente da Região Sul.

2.2 DESEMPENHO SETORIAL DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO GAÚCHO

O saldo gerado nos últimos 12 meses no emprego formal do Rio Grande do Sul, menos de 9 mil postos legalizados, resultou de comportamentos heterogêneos na evolução dos cinco grandes grupamentos setoriais ao longo do ano. Três deles encerraram o período com perda no número de trabalhadores: a indústria dispensou 8 mil empregados, como resultado líquido de suas admissões e desligamentos, e passou pela retração relativa mais significativa (-1,1%). No comércio, o percentual foi brando (-0,5%), e o encolhimento do emprego limitou-se a 3,2 mil vínculos. Por fim, na construção, o resultado ficou ainda mais próximo de zero, embora no quadrante negativo, com -0,3% de variação e a eliminação de aproximadamente 400 postos (**Tabela 9**).

A garantir o resultado positivo do conjunto dos setores foi fundamentalmente o grupamento serviços, aquele que detém a maior participação na estrutura setorial do emprego gaúcho, que foi responsável por 20 mil vínculos adicionais entre julho de 2025 e julho de 2026, em uma variação de 1,7% de seu contingente formalmente contratado. A agropecuária (que se limita a 3,5% do total de empregos no estado) contribuiu, modestamente, com um saldo de 584 postos, tendo elevado em 0,6% seu estoque de vínculos formais.

Tabela 9 - Estoques, variações e participação na formação do saldo do emprego formal, por grande grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — jul./2025-jul./2026

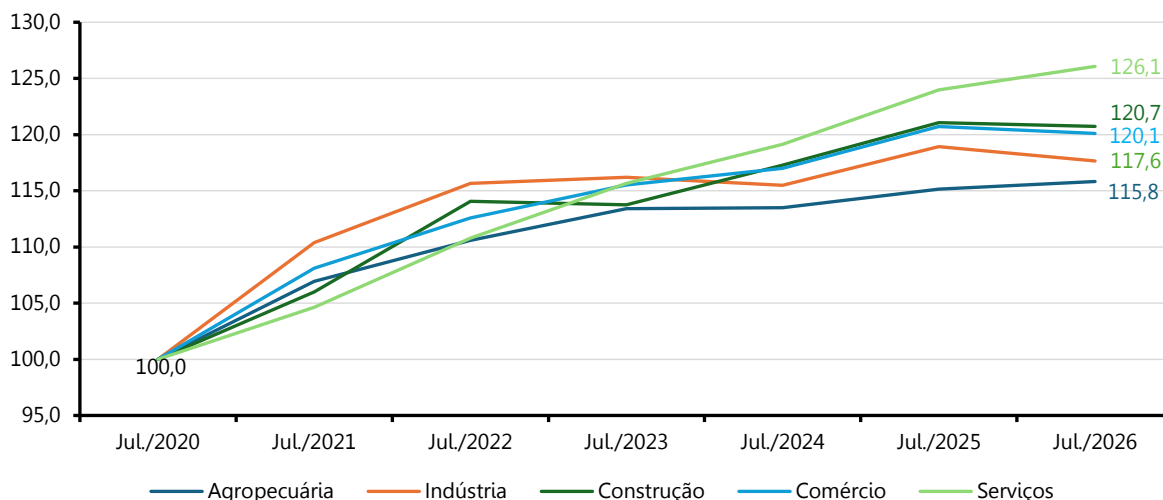
GRUPAMENTO	ESTOQUE		VARIAÇÕES JUL/2025-JUL/2026		
	Jul./2026	Participação %	Crescimento Relativo (%)	Saldo	Participação % no Saldo
Agropecuária	98.890	3,5	0,6	584	6,6
Indústria	740.257	26,0	-1,1	-8.049	-90,4
Construção	143.844	5,1	-0,3	-396	-4,4
Comércio	646.833	22,8	-0,5	-3.249	-36,5
Serviços	1.211.958	42,6	1,7	20.017	224,7
TOTAL	2.841.782	100,0	0,3	8.907	100,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Também no intervalo que iniciou em julho de 2020 e chegou a julho de 2026 (**Gráfico 16**), a indústria foi, entre os três principais grupamentos setoriais, aquele a apresentar variação menos expressiva (17,6%), enquanto serviços liderou, com aumento de 26,1% do número de empregados formais. Apenas a agropecuária acumulou expansão menor do que a da indústria, no período, limitando-se a 15,8%. Comércio e construção situaram-se em posição intermediária, próximos um do outro e do resultado global do mercado formal gaúcho (de 21,8%): suas variações foram de 20,1% e 20,7% respectivamente.

É interessante observar a evolução das trajetórias dos cinco grupamentos setoriais ao longo da série. Serviços partiu de uma condição de desvantagem, para chegar ao momento mais recente com o melhor resultado, ao passo que a indústria ocupou a dianteira nos dois primeiros anos, mas encerrou o período com a penúltima posição. Entre outros condicionantes, é preciso ter presente que a série do Novo Caged teve início em janeiro de 2020, às vésperas da eclosão da pandemia de covid-19, que limitou principalmente as atividades terciárias, uma vez que a interação presencial entre clientes e ofertantes se encontrava obstaculizada pelo distanciamento social. Já a indústria conseguiu expandir a produção e o emprego: por um lado, houve um entrave temporário à concorrência de produtores externos, em muitos segmentos, devido a restrições aos fluxos de transporte; por outro, o acesso a insumos importados, pela mesma razão, criou gargalos também à produção nacional. Nesse contexto, a demanda respondeu de forma diferente à conjuntura de emergência sanitária, segundo os ramos industriais. De modo geral, parece ter prevalecido o impulso positivo representado por mercadorias associadas ao maior tempo de permanência das pessoas em seus domicílios, em razão do isolamento social (como alimentos e bebidas, móveis, materiais de construção), além de produtos relacionados à saúde. Além desses, os setores de máquinas e equipamentos, manutenção, reparação e instalação de máquinas, além de outros produtos de metal e madeira cresceram bem acima da média do mercado de trabalho gaúcho. À medida que a normalidade foi sendo recuperada, o setor serviços assumiu uma posição dianteira nos percentuais de crescimento de seus estoques de emprego, o que, amplificado pelo peso estrutural de que desfruta na estrutura ocupacional, acabou por colocá-lo em uma posição determinante nos resultados agregados, em especial nessa conjuntura de arrefecimento do impulso expansivo do emprego nacional e gaúcho.

Gráfico 16 - Índice do estoque de empregos formais, segundo os grandes grupamentos setoriais, no Rio Grande do Sul — jul./2020-jul./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Em uma abordagem setorial mais desagregada, das 87 divisões da CNAE 2.0., quase metade, 39, tiveram sinal negativo na variação de julho de 2025 para julho de 2026. Essa classificação inclui atividades com estoques muito pouco expressivos, ou mesmo zerados, no Rio Grande do Sul. Considerando-se apenas as que tinham ao menos 1 mil empregados formais no último dado disponível, computam-se 76 divisões, das quais, semelhantemente, cerca de metade (36) passaram por retração de seus contingentes. A mais intensa, tanto pelo critério relativo quanto pelo do número absoluto de vínculos perdidos, ocorreu na divisão de preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (- 6,4 mil empregos, ou - 7%). A segunda maior eliminação de postos foi também em uma divisão industrial, fabricação de máquinas e equipamentos (-4,1 mil), e a terceira ocorreu no comércio varejista (- 2,2 mil). Essa última é a divisão da CNAE 2.0 com maior número de empregados em atividade (cerca de 460 mil, em julho último), de modo que essa redução ao longo dos últimos 12 meses significou apenas -0,5% de variação. Já no segmento de máquinas e equipamentos, o percentual atingiu -5,5%, o terceiro mais severo, quase idêntico aos -5,6% registrados em metalurgia. Essa divisão, por sua vez, com pequeno estoque de trabalhadores (aproximadamente 9 mil), chegou a essa retração relativa com a eliminação de apenas 531 vínculos.

No que diz respeito aos maiores crescimentos, o maior saldo nos últimos 12 meses verificou-se em uma divisão industrial, a fabricação de produtos alimentícios (5,3 mil), seguida de quatro atividades de serviços: destaque para serviços de escritório e apoio administrativo (4,5 mil) e atenção à saúde humana (4 mil). Essas três são atividades com contingentes entre 91 mil e 195 mil empregados em atividade. Pelo critério de percentuais de variação, seis divisões passaram por elevações de mais de 10% no número de vínculos formais. Elas têm forças de trabalho mais diminutas do que as que se sobressaíram pela magnitude dos saldos, registrando entre 1,3 mil e 16,1 mil empregados em julho último. Os três mais elevados percentuais de expansão verificaram-se em divisões de serviços: publicidade e pesquisa de mercado (17,9%), agências de viagem (13,7%) e atividades artísticas, criativas e de espetáculos (13%), sendo esta a que detém menos trabalhadores, os referidos 1,3 mil. A quarta posição, com 11,9% de variação, foi a fabricação de produtos do fumo (**Tabela 10**).

Tabela 10 - Estoques e variações do emprego formal total, segundo divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — jul/2020-jul/2026

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE EM JUL/2026	VARIAÇÃO %		SALDO	
		Jul./2026 Jul./2025	Jul./2026 Jul./2020	Jul./2026 Jul./2025	Jul./2026 Jul./2020
Publicidade e pesquisa de mercado	16.084	17,9	196,0	2.443	10.650
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	4.730	13,7	52,5	571	1.629
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	1.338	13,0	118,3	154	725
Fabricação de produtos do fumo	15.628	11,9	20,2	1.665	2.622
Serviços de assistência social sem alojamento	10.819	11,6	24,3	1.123	2.118
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2.369	11,5	29,5	244	539
Atividades de organizações associativas	41.445	6,9	23,6	2.684	7.912
Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em resi- dências coletivas e particulares	19.065	6,8	37,2	1.216	5.174
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	90.749	5,2	57,1	4.517	33.002
Fabricação de produtos alimentícios	158.891	3,4	17,3	5.277	23.440
Serviços de arquitetura e engenharia	16.287	2,5	50,6	403	5.472
Eletricidade, gás e outras utilidades	10.331	2,4	-3,4	246	-369
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	4.677	2,4	91,9	108	2.240
Atividades de atenção à saúde humana	194.638	2,1	22,9	3.972	36.281
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	14.132	2,1	70,1	284	5.824
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	43.828	2,0	57,0	860	15.908
Captação, tratamento e distribuição de água	6.213	2,0	-11,7	121	-823
Serviços especializados para construção	61.673	1,1	48,0	660	20.011
Transporte aéreo	1.507	0,9	-10,0	13	-168
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	78.166	0,8	19,7	595	12.875
Alimentação	90.583	0,8	27,4	679	19.480
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	91.054	0,6	15,8	501	12.431
Transporte terrestre	131.950	0,3	11,1	339	13.155
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros	12.139	-0,4	57,9	-47	4.452
Atividades de prestação de serviços de informação	9.146	-0,4	58,4	-41	3.371
Comércio varejista	458.546	-0,5	17,4	-2.161	67.898
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	119.367	-0,7	29,4	-799	27.120
Atividades de rádio e de televisão	5.966	-1,3	-6,4	-77	-406
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	46.944	-1,3	19,9	-611	7.787
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	62.064	-1,9	20,1	-1.231	10.388
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	42.700	-2,2	23,3	-958	8.082
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	7.391	-2,4	94,2	-183	3.585
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	18.260	-2,4	85,8	-458	8.431
Edição e edição integrada à impressão	3.491	-2,5	-18,3	-89	-780
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	19.435	-2,9	12,9	-584	2.226
Obras de infraestrutura	30.829	-3,1	5,3	-998	1.539
Extração de minerais não metálicos	5.430	-3,6	8,7	-202	434
Fabricação de produtos têxteis	8.417	-3,9	18,1	-342	1.289
Fabricação de produtos diversos	15.248	-4,0	11,4	-631	1.558
Correio e outras atividades de entrega	7.202	-4,0	-19,4	-303	-1.730
Fabricação de produtos de madeira	15.308	-4,3	9,7	-693	1.351
Impressão e reprodução de gravações	6.166	-4,8	13,8	-310	750
Fabricação de máquinas e equipamentos	71.448	-5,5	26,2	-4.145	14.849
Metalurgia	8.966	-5,6	21,3	-531	1.577
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados ..	85.204	-7,0	7,2	-6.419	5.742
Rio Grande do Sul	2.841.782	0,3	21,8	8.907	508.212

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Nota: 1. Foram desconsideradas as divisões com menos de 1.000 trabalhadores formais em julho de 2026.

2. Realçadas em cinza, constam as divisões com, ao menos, 50.000 vínculos de emprego formal em julho de 2026.

3. Selecionaram-se para esta tabela as atividades que ocuparam as posições mais extremas, positiva ou negativamente, seja nos saldos de emprego, seja nas variações percentuais em pelo menos um dos dois intervalos temporais analisados.

Ao se ampliar o intervalo de análise para o acumulado de seis anos transcorridos desde julho de 2020, a maior expansão em número de vínculos foi a do comércio varejista (saldo de 68 mil postos adicionais), seguido de duas divisões que se destacaram também nos 12 últimos meses: saúde humana (36,3 mil) e serviços de escritório (33

mil). A quarta posição ficou, como a primeira, com o comércio, desta vez em sua divisão atacadista (27,1 mil). Nas variações relativas, lideraram a elevação do emprego divisões de pequenos contingentes, repetindo-se, nas duas primeiras colocações, atividades que tiveram relevo no período jul./2025-jul./2026: publicidade e pesquisa de mercado (196%) e atividades artísticas (118,3%).

No polo negativo, para esse cômputo de 72 meses, a divisão que enfrentou o mais intenso encolhimento foi correio e outras atividades de entrega, tanto no número de empregos (- 1,7 mil) quanto no percentual (- 19,4%). Os demais saldos negativos foram de pequena monta, ainda que relevantes para as respectivas divisões, tendo como extremo -823 vínculos em captação, tratamento e distribuição de água.

Nesse arco temporal mais longo, o número de atividades que encerraram o período com menor número de vínculos formais do que possuíam no início foi, compreensivelmente, bem mais restrito. Das 87 divisões da CNAE 2.0 com 1 mil empregados ou mais em julho de 2026, apenas seis passaram por redução de contingente.

2.3 ATRIBUTOS DOS TRABALHADORES ADICIONAIS INCORPORADOS AO EMPREGO FORMAL

Conforme já foi enunciado, o Novo Caged não é uma fonte segura para que se profile o total dos trabalhadores em atividade segundo atributos que são naturalmente cambiantes, como idade e escolaridade. Ainda assim, a base é válida no esforço conjuntural de apreender indicações de tendências e detectar o estado atual da seletividade do acesso ao emprego formal. Como já é tradição, nesta subseção, computam-se os saldos entre admissões e desligamentos específicos para diferentes segmentos demográficos recortados segundo três atributos (**Tabela 11**). Desta vez, tendo em vista a maior proximidade da última RAIS divulgada e a consolidação de uma série de quatro dessas pesquisas anuais, cobrindo já um arco de três anos, entre 2022 e 2025, serão feitos alguns cotejos entre seus resultados e aqueles do Novo Caged, visando a ter uma visão mais clara sobre a convergência ou não das tendências detectadas. Inicia-se pelo sexo dos indivíduos engajados e dispensados em vínculos formais.

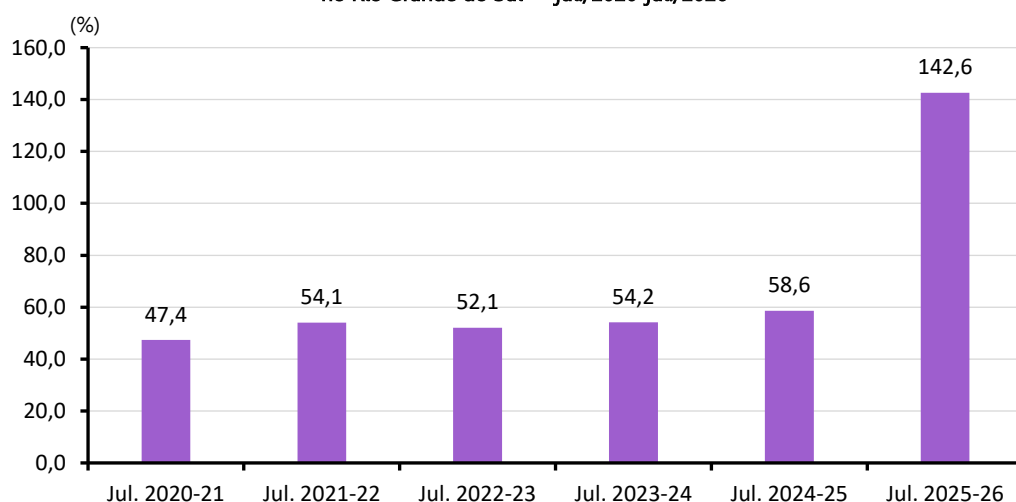
Tabela 11 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de jul./2025-jul./2026 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2025, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED		RAIS (31/12/2025)	
	Saldo em Jul./2025-Jul./2026	Participação % no Saldo	Estoque em 2025	Participação % no Estoque
Sexo (total)	8.907	100,0	3.326.988	100,0
Homens	-3.796	-42,6	1.723.119	51,8
Mulheres	12.703	142,6	1.603.869	48,2
Escolaridade (total)	8.907	100,0	3.326.988	100,0
Analfabeto	388	4,4	7.482	0,2
Fundamental incompleto ...	-2.283	-25,6	285.024	8,6
Fundamental completo	-4.719	-53,0	252.533	7,6
Médio incompleto	9.252	103,9	241.068	7,2
Médio completo	11.221	126,0	1.485.241	44,6
Superior incompleto	-1.283	-14,4	164.355	4,9
Superior completo	-3.669	-41,2	891.285	26,8
Faixa etária (total)	8.907	100,0	3.326.988	100,0
Menos de 18 anos	27.149	304,8	49.388	1,5
De 18 a 24 anos	31.883	358,0	418.092	12,6
De 25 a 29 anos	-6.957	-78,1	416.254	12,5
De 30 a 39 anos	-14.223	-159,7	852.772	25,6
De 40 a 49 anos	-7.978	-89,6	836.156	25,1
De 50 a 64 anos	-16.698	-187,5	520.385	15,6
65 ou mais	-4.269	-47,9	233.941	7,0

Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).
RAIS (Brasil, 2026a).

No período entre o final de julho de 2025 e o final de julho de 2026, o saldo das mulheres chegou a 12,7 mil, superando em mais de 40% o saldo global do mercado formal gaúcho, uma vez que, entre os homens, os desligamentos superaram as admissões, produzindo um resultado de -3,7 mil vínculos para o sexo masculino. Essa tendência de superioridade absoluta das mulheres na expansão do emprego formal, quando se toma a série de resultados dos meses de julho do Novo Caged (**Gráfico 17**), manifestou-se em 2022 (sempre em relação ao ano anterior), quando a participação feminina atingiu 54,1% do saldo global; em 2023, recuou um pouco, mas se repetiu (52,1%). Em 2024 e 2025, voltou a subir, hipertrofiando-se em 2026, como já assinalado. Cabe considerar dois aspectos relevantes: em primeiro lugar, a dimensão do saldo global do mercado de trabalho nesse último ano é especialmente baixa, tornando o valor pouco seguro para maiores inferências sobre as “preferências” do mercado de trabalho. Em segundo lugar, a mera paridade na distribuição do saldo do emprego formal entre os sexos é um resultado favorável ao avanço da equidade, que, neste quesito estrito de número de postos, vem sendo conquistada paulatinamente, não se devendo perder de vista a multiplicidade de outras dimensões de desigualdade. Na última RAIS, isto é, ao final de 2025, para se ter a referência mais segura do conjunto dos trabalhadores empregados, as mulheres ainda eram minoria, mas já em condição de virtual equivalência (48,2%).

Gráfico 17 - Participação das mulheres na formação dos saldos do emprego formal no Rio Grande do Sul — jul./2020-jul./2026

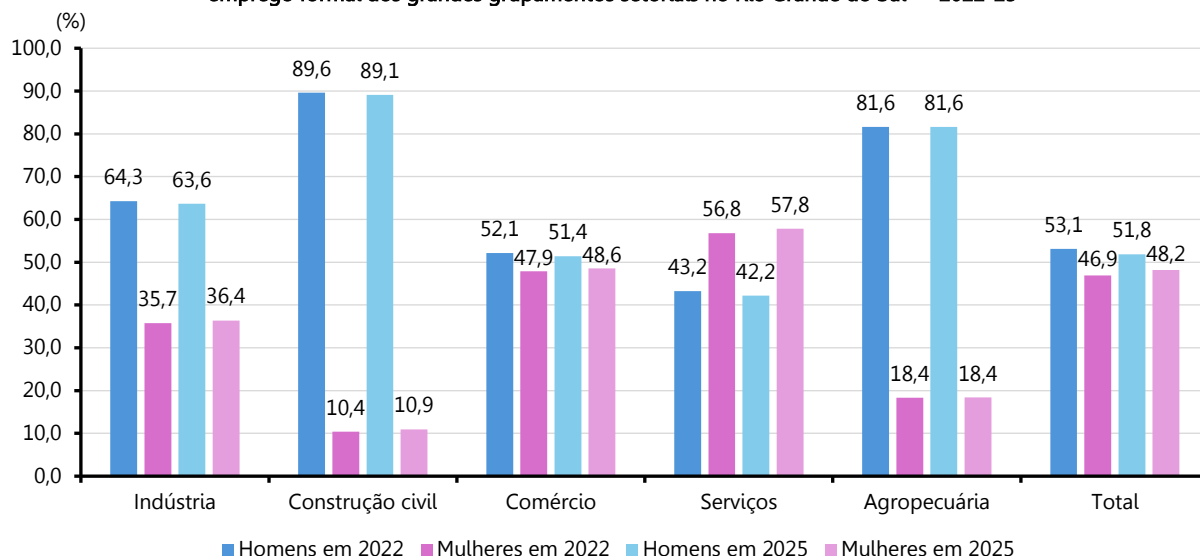


Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Com base nessa fonte, o avanço da participação feminina é modesto, mas se constata em quatro dos cinco grupamentos setoriais, com exceção apenas da agropecuária — o de menor contingente, quando se trata do emprego formal —, em que a distribuição não se altera, quando se avaliam os três últimos anos disponíveis¹⁰. Como se pode observar no **Gráfico 18**, o avanço do percentual do emprego detido pelas mulheres, entre 2022 e 2025, é de 1,3 p.p. (de 46,9% para 48,2%), quando se toma o total dos setores do estado. Quando se verificam os setores individualmente, além do zero já mencionado na agropecuária, o aumento da participação feminina distribui-se entre 0,5 p.p. e 1 p.p. A razão pela qual a elevação é maior no conjunto dos setores do que em todos eles individualmente deriva, sobretudo, do fato de que o setor serviços é o maior empregador, com mais de 40% da estrutura do emprego formal gaúcho; é o único em que as mulheres já são maioria; e é também aquele em que o avanço em pontos percentuais foi mais elevado (1 p.p.).

¹⁰ A RAIS também passou por mudanças metodológicas, tornando os resultados de 2022 em diante incompatíveis com aqueles referentes aos anos anteriores, razão que impõe essa série tão curta neste momento da análise.

Gráfico 18 – Participação de homens e mulheres nos estoques do emprego formal total e do emprego formal dos grandes grupamentos setoriais no Rio Grande do Sul — 2022-25

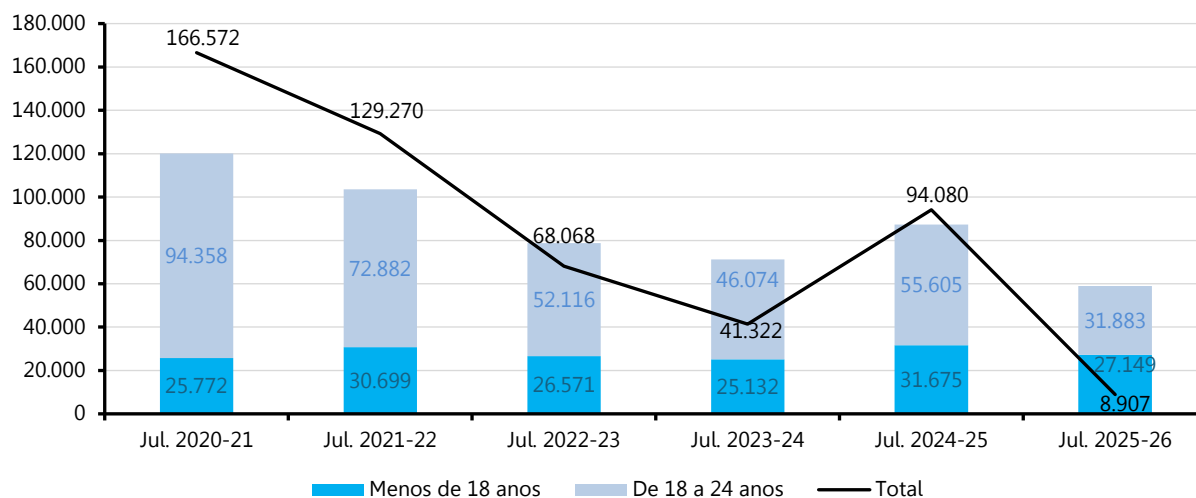


Fonte: RAIS (Brasil, 2026a).

Quando se passa à distribuição etária dos indivíduos que produziram o saldo positivo do mercado formal de trabalho gaúcho no período jul./2025-jul./2026, a sobre-representação dos segmentos muito jovens, nos registros do Novo Caged, apresentou também um vertiginoso aumento em relação aos intervalos anualizados anteriores. Cabe lembrar, como se faz regularmente, que, quando se trata desse atributo, tem-se o ponto mais frágil da análise pelo método de cálculo dos saldos por coorte, em razão da progressão constante das idades dos indivíduos. Ainda assim, a progressão do descompasso entre os resultados dos trabalhadores segundo suas idades é crescente. Os menores de idade tiveram, nos últimos 12 meses, 27,1 mil admissões a mais do que desligamentos, o triplo do conjunto do mercado de trabalho estadual, que, relembrando, gerou 8,9 mil vagas adicionais. Os jovens de 18 a 24 anos, por sua vez, tiveram um saldo de 31,9 mil, 3,5 vezes superior ao resultado líquido do emprego gaúcho. Todas as demais faixas etárias apresentaram perdas de vínculos formais, que variaram entre -4,3 mil, no grupo de 60 anos ou mais, e -16,7 mil, na faixa de 50 a 64 anos.

Tal comportamento dos saldos do emprego juvenil em comparação com os saldos do total das faixas etárias encontra-se expresso no **Gráfico 19**, tomando-se a série das variações anuais do Novo Caged, recortadas sempre nos meses de julho de cada ano. Como nele se pode visualizar, já em 2022 e em 2023 o cômputo de vínculos adicionais que resulta das admissões e desligamentos de indivíduos até 24 anos havia sido superior ao resultado geral do mercado de trabalho em seu conjunto, no estado. Em 2025, isso não voltou a ocorrer, embora a distância não tenha sido muito grande entre essas duas grandezas. As evidências para 2026, por sua vez, são, como no recorte por sexo, acima abordado, inequivocamente excepcionais, valendo, também aqui, a advertência de que se está tratando de um saldo global muito pequeno no emprego gaúcho, equivalente a 0,3% do estoque de vínculos formais, o que favorece distorções na desagregação dos resultados, somando-se a isso as fragilidades do tratamento por faixa etária.

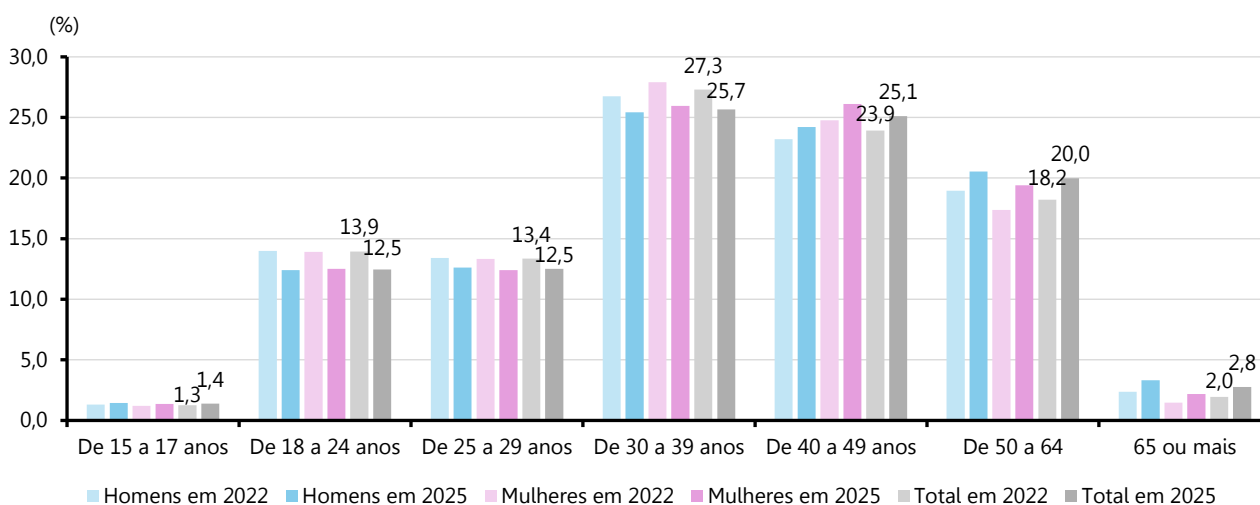
Gráfico 19 - Saldos do emprego formal total e de faixas etárias selecionadas no Rio Grande do Sul — jul./2020-jul./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Também aqui vale confrontar as indicações que a análise do Novo Caged produz com a evolução dos resultados da RAIS, entre 2022 e 2025, já que essa última pesquisa se constitui, praticamente, em um censo dos trabalhadores em atividade em vínculos formais ao final de cada ano. No **Gráfico 20**, identifica-se a residual participação dos menores de idade, com idades entre 14 e 17 anos, no mercado formal de trabalho gaúcho. Ainda assim, houve pequenos avanços, seja no subgrupo dos homens, seja no das mulheres, seja no total (que avançou de 1,3% para 1,4% do total do emprego em três anos). Nas três categorias que abrangem indivíduos entre 18 e 39 anos (18 a 24, 25 a 29 e 30 a 39 anos), ocorreram perdas de participação em cada um dos sexos e no total. Por fim, os dois segmentos mais idosos, de 50 a 64 anos e de 65 anos ou mais, mostraram ganhos de participação, um pouco mais pronunciados entre as mulheres. Ainda assim, as parcelas de mulheres formalmente empregadas nos grupos de idades mais avançadas foram inferiores às verificadas entre os homens, ao passo que suas participações superaram as deles no coração da distribuição etária, entre os 30 e os 49 anos. Essas duas faixas, para ambos os sexos e para o total, foram as de maior concentração de empregados formais. Juntas, reuniam 52,1% das mulheres, 49,6% dos homens e 50,8% do total de vínculos formais, em 2025, no Rio Grande do Sul.

Gráfico 20 - Distribuição do emprego formal de homens, mulheres e total, segundo a faixa etária, no Rio Grande do Sul — 2022 e 2025



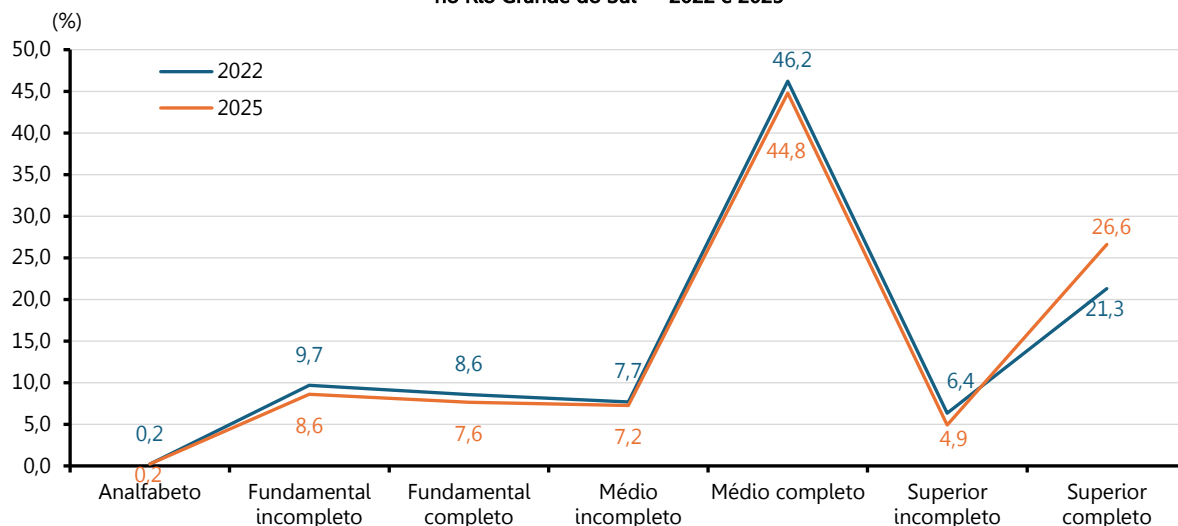
Fonte: RAIS (Brasil, 2026a).

Por fim, na dimensão da escolaridade, a recorrente constatação que resulta do exame dos saldos calculados a partir do Novo Caged volta a se mostrar, quando se tomam os dados acumulados entre julho do ano passado e o

mesmo mês de 2026: aqui, a grande sobrerepresentação localiza-se no segmento com ensino médio completo e incompleto. O primeiro deles concentrava 44,6% dos empregados formais do estado, conforme a RAIS de final de 2025; o segundo, 7,2%. Em contraste, nos últimos 12 meses do Novo Caged, seus saldos foram, em ambos os casos, superiores ao resultado global do mercado de trabalho do estado: 11,2 mil para o ensino médio completo e 9,3 mil para o ensino médio incompleto, contra 8,9 mil do total do Rio Grande do Sul. Com isso, a participação conjunta das duas categorias na formação do saldo gaúcho chegou a 230%. Em modo análogo ao que se verificou na análise por idades, todas as demais faixas de escolaridade (exceção feita aos analfabetos, categoria residual) computaram redução de contingente, pelo procedimento dos saldos, sendo as mais significativas, em número de postos, a do ensino fundamental completo (-4,7 mil) e a do ensino superior completo (-3,7 mil). Dessa forma, o peso do estrato intermediário na movimentação de trabalhadores no mercado formal e a prevalência das admissões ante as demissões de que são objeto indicariam não apenas uma elevação das exigências da contratação, por parte dos empregadores, em detrimento dos menos escolarizados — bem como um reflexo da quase universalização do acesso ao ensino médio nas gerações mais jovens —, mas, igualmente, uma restrição aos indivíduos que acederam ao ensino superior, detentores, em tese, de credenciais mais elevadas.

As alterações de perfil de escolaridade que a RAIS consolida são, em primeiro lugar, bem mais suaves e, em segundo lugar, divergentes, na comparação com o Novo Caged. Consta-se, no **Gráfico 21**, entre 2022 e 2025, uma pequena redução das participações de todos os níveis de escolaridade até o superior incompleto, inclusive, e, justamente, um ganho apenas da categoria ensino superior completo. E trata-se de avanço expressivo, o mais notável entre os diferentes níveis de escolaridade, uma vez que a participação dos diplomados em ensino superior elevou-se de 21,3% para 26,6% do total de empregados formais do estado. Assim como foi assinalado para a variável idade, ainda que de forma não universal e sem uma cadência regular, também na escolaridade uma parcela presumível dos empregados deve progredir de categoria sem passar por interrupção de um vínculo empregatício preexistente, concluindo níveis de ensino que, por essa razão, o Novo Caged não tem como apreender.

Gráfico 21 - Distribuição dos trabalhadores formalmente empregados, segundo a faixa de escolaridade, no Rio Grande do Sul — 2022 e 2025



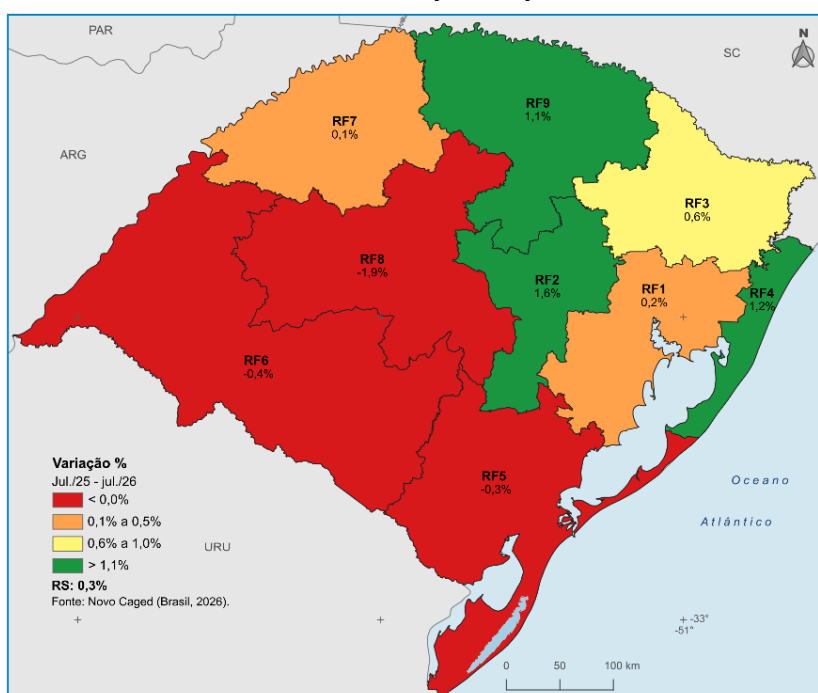
Fonte: RAIS (Brasil, 2026a).

Nesta subseção, o recurso à série da RAIS permitiu reforçar as reservas com que se devem tomar os resultados da análise da movimentação do emprego formal no Novo Caged, quando se trata dos atributos dos trabalhadores — limitada, pela natureza dessa última base de dados, ao cálculo de saldos (admissões menos desligamentos) específicos para as diferentes categorias em que são distribuídos os indivíduos, na classificação de cada característica sociodemográfica.

2.4 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO CRESCIMENTO DO EMPREGO NO RS

O pequeno crescimento do emprego formal gaúcho, nos últimos 12 meses (**Mapa 1**), abriga uma considerável variedade de comportamentos, quando decomposto territorialmente seguindo as nove Regiões Funcionais do estado. Nesse período, três regiões passaram por retração do seu contingente, no sul, no centro e no oeste do Rio Grande do Sul. O resultado mais adverso foi na RF 8, nucleada por Santa Maria, em que a variação foi de -1,9%. A RF 6, da Campanha, perdeu 0,4% do seu estoque de empregados formais, enquanto a RF 5, de Pelotas e Rio Grande, perdeu 0,3%. Os melhores resultados registraram-se na RF 2, dos Vales do Taquari e do Rio Pardo (1,6% de crescimento), na RF 4 (Litoral Norte) e na RF 9, de Erechim e Passo Fundo (1,1%).

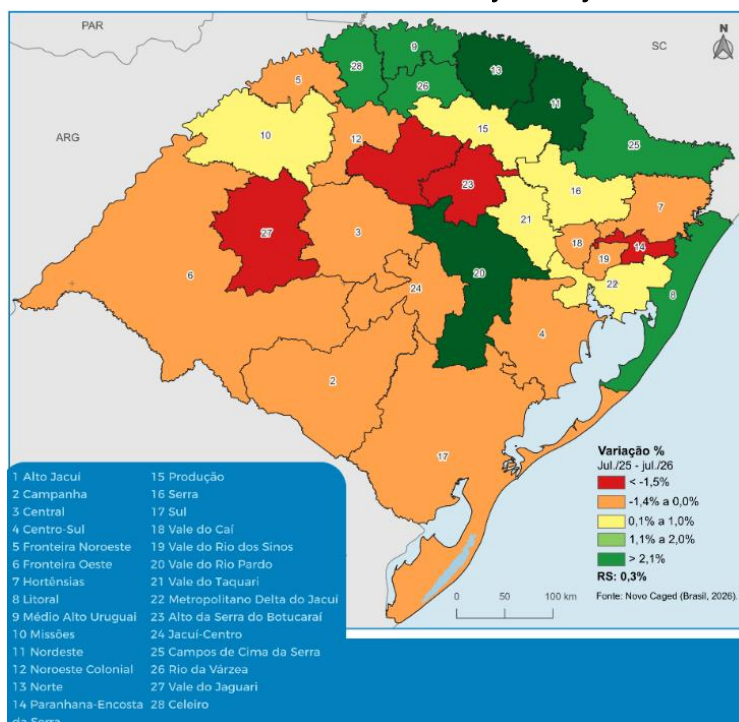
Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jul./2025-jul./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Em um passo sucessivo na desagregação do território, utilizando-se a regionalização do estado em 28 Coredes (**Mapa 2**), a frequência e a proporção de variações negativas elevam-se significativamente: 15 Conselhos, vale dizer, mais da metade, perderam contingente formalmente empregado entre jul./2025 e jul./2026. Três desses situaram-se muito próximos da estagnação, com percentuais de -0,1% (Fronteira Noroeste) e -0,2% (Fronteira Oeste e Vale do Caí). As mais severas contrações do mercado formal de trabalho registraram-se no Alto Jacuí (-4,5%), na RF 8, a de pior resultado, e no Paranhana-Encosta da Serra (-2,6%), na RF 1. Positivamente, despontaram o Nordeste, com 4,2% de expansão, e o Norte (2,5%), ambos da RF 9, a terceira melhor colocada, e o Vale do Rio Pardo (2,2%), da RF 2, líder no ordenamento das nove RFs. Essa mudança de escala territorial revela as diferenças que emergem quando se afina o recorte espacial, tendo na RF 1, Metropolitana, um exemplo expressivo: quando ela é desdobrada em seus cinco Coredes, encontram-se três das categorias da estratificação aqui adotada, com variações do emprego distribuindo-se entre -2,6%, no Paranhana-Encosta da Serra, e 1% no Metropolitano. A RF 3, serrana, seria outra ilustração, contendo três Coredes distribuídos em três dos estratos, com variações entre -0,4% e 1,5%.

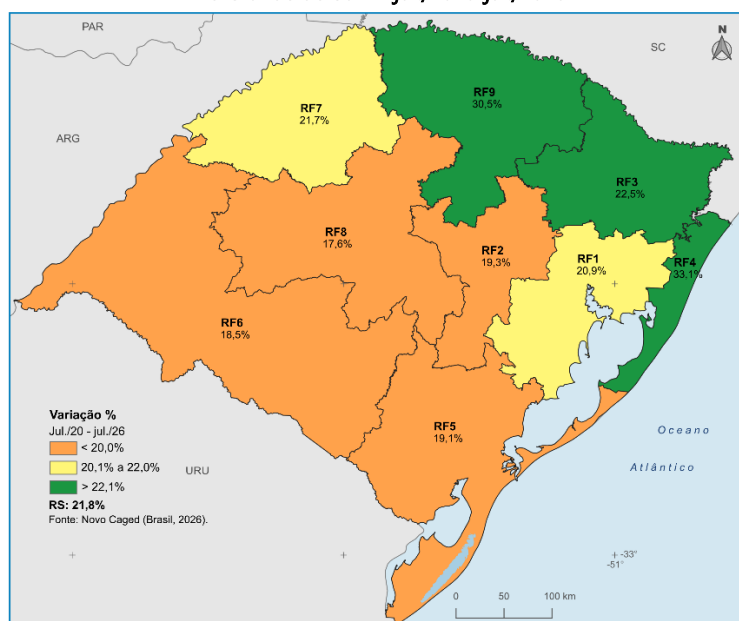
Mapa 2 - Variação do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul — jul./2025-jul./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

No intervalo temporal de seis anos (jul./2020-jul./2026), a dispersão dos resultados é consideravelmente menor. Todas as Regiões Funcionais registraram crescimento do emprego formal, com taxas que se distribuíram entre 17,6% na RF 8, Central, e 33,1% na RF 4, Litoral. Observa-se que as três RFs que haviam sido destaque negativo nos 12 meses entre julho de 2025 e julho de 2026 voltam a integrar o grupo com resultados menos expressivos, no recorte ampliado para os seis anos. A elas se acresce, desta vez, a RF 2, dos Vales, com variação inferior a 20% no período. Os destaques positivos, além do Litoral, já referido, foram a RF 9 (também esta com expansão superior a 30%) e a RF 3, já com um percentual acumulado bastante inferior (22,5%), porém superior ao do agregado do estado (Mapa 3).

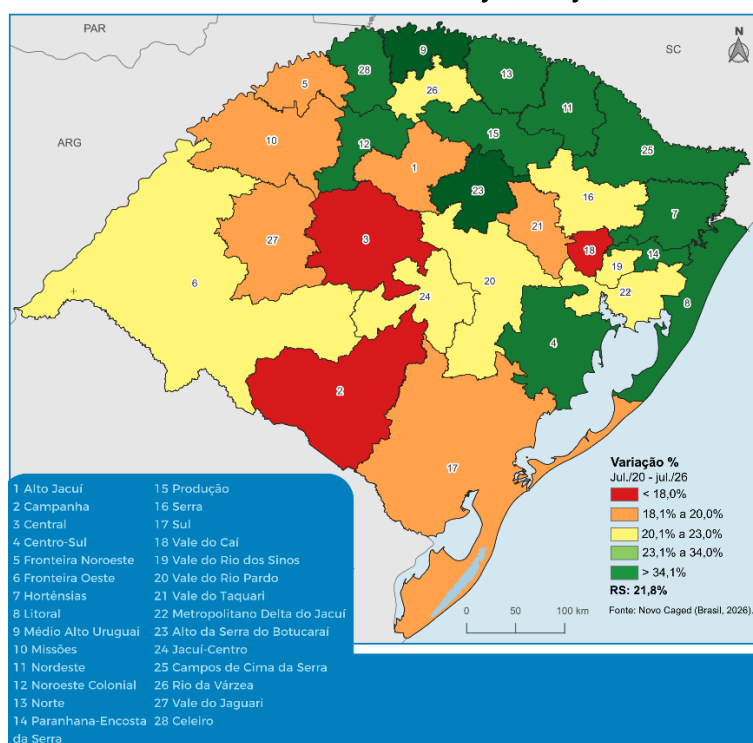
Mapa 3 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — jul./2020-jul./2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

Na escala territorial dos Coredes, nos 72 meses, reencontra-se, visualmente, o diferencial do crescimento do emprego em favor da porção norte-nordeste do estado (**Mapa 4**). Com exceção do Conselho Centro-Sul (em que os principais municípios são Camaquã e Charqueadas), os melhores resultados localizaram-se nessa parcela do território gaúcho. Os destaques, dentre os 28 Coredes, foram o Alto da Serra do Botucaraí (cujos maiores contingentes de empregados formais encontram-se nos municípios de Soledade e Espumoso), onde o emprego formal cresceu 49,4%, e o Médio Alto Uruguai, que teve variação de 35,3% no período. Esses dois Conselhos fazem parte da RF 9. O terceiro percentual mais elevado de expansão foi apurado no Corede Litoral (33,1%), cuja delimitação coincide integralmente com a da RF 4. Os Coredes com resultados mais pálidos foram o Campanha (13,7%), na RF 6, e o Central (16%), na RF 8.

Mapa 4 - Variação do emprego formal nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul — jul/2020-jul/2026



Fonte: Novo Caged (Brasil, 2026b).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desaceleração que vem marcando os índices de crescimento do emprego formal no estado e no país aprofundou-se, na série de dados anualizados, relativamente ao que já havia sido observado nos últimos números do Boletim, quando se incorporaram os dados de abril a julho de 2026. Nesse último mês, no Rio Grande do Sul, a variação acumulada em 12 meses chegou muito perto de zero, com apenas 8,9 mil vínculos legalizados acrescentados desde julho do ano passado, o equivalente a 0,3% de expansão, o percentual mais baixo desde os primeiros meses de 2021. No Brasil, o crescimento foi mais significativo, atingindo 1,9%, na comparação com julho de 2025, mas constituiu-se também no menos expressivo desde o 2.º trimestre de 2021.

O emprego formal gaúcho, nesses 12 meses mais recentes, cresceu fundamentalmente apoiado por serviços, com pequena contribuição da agropecuária, ao passo que houve retração dos contingentes da indústria, do comércio e da construção. Na abertura em divisões da CNAE 2.0, entre as 76 que contavam com ao menos 1 mil vínculos formais ao final de julho último, 36 haviam perdido empregados nos 12 meses anteriores.

O Novo Caged segue sinalizando um perfil de admissões e desligamentos que produz saldos proporcionalmente superiores para grupos populacionais bem definidos: os jovens de até 24 anos, as mulheres e os indivíduos com ensino médio, completo ou incompleto. Entretanto, a comparação com as tendências detectadas na RAIS, cuja

nova série já abarca quatro anos e se encontra atualizada como poucas vezes (a mais recente edição alcança o final de 2025), permitiu acender um alerta e reforçar a cautela com o alcance dos resultados do Novo Caged quando se trata de inferências sobre a transformação dos coletivos de trabalho no que tange a características sociodemográficas. A RAIS, que abarca todos os trabalhadores em atividade, não apenas os que foram admitidos ou desligados no período de referência, como é o caso do Novo Caged, desfruta de maior confiabilidade para essa análise e mostrou alterações muito mais brandas ou em clara contradição com os resultados dessa base. Um exemplo expressivo foi a constatação, pela RAIS, de que o nível de escolaridade que mais elevou sua participação entre os trabalhadores formais gaúchos, entre 2022 e 2025, foi o superior completo, enquanto o ensino médio, completo ou incompleto, sofreu suave redução.

A distribuição territorial do modesto crescimento do emprego gaúcho, nesses últimos 12 meses disponíveis, mostrou um grande número de regiões com perdas de postos: três das nove Regiões Funcionais e mais da metade (15) dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento. A porção norte-nordeste do Rio Grande do Sul reafirmou-se como a que lidera o dinamismo na geração de vínculos legalizados de trabalho, também nesse contexto de desaceleração generalizada.

REFERÊNCIAS

- BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 3, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-conjuntura>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 2, n. 4, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 27 jan. 2021.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 4, n. 4, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 13 jan. 2023.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 6, n. 4, 2024. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 17 dez. 2024.
- BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 8, n. 2, 2026. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 4 set. 2026.
- BRAGA, D.; ASSUNÇÃO, G.; HIDALGO, L. **Package PNADclBGE**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2024. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/PNADclBGE/index.html>. Acesso em: 1 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2026a. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 5 ago. 2026.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET)** — Novo Caged: julho de 2026. Brasília, DF: MTE, 2026b. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/2026/julho/pagina-inicial>. Acesso em: 2 ago. 2026.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 1.º trimestre de 2025. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2025. (Nota Técnica n. 114). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-1-trim-2025-nt-dee-114.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- CONCEIÇÃO, C. S.; LAZZARI, M. R.; FANTINEL, V. D. **Resultados do PIB Trimestral do Rio Grande do Sul** — 1.º trimestre de 2026. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2026. (Nota Técnica n. 131). Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//pib-trimestral-rs-1-trim-2026-nt-dee-131.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2026.
- IBGE. **Medidas de subutilização da força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Nota técnica, n. 2). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2026a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2026. Acesso em: 14 ago. 2026.
- IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 2.º trimestre de 2026. Rio de Janeiro: IBGE, 2026b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 14 ago. 2026.
- ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.
- LUMLEY, T. **Package survey**. Vienna: Comprehensive R Archive Network, 2026. Disponível em: <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>. Acesso em: 24 fev. 2026.

MANGANELLI, A.; BASTOS, R.; DONOSO, V. Emprego e salários: continuidade do desempenho positivo dos principais indicadores do mercado de trabalho. In: WEISS, M. (Coord.) **Carta de Conjuntura do NAPE**. Porto Alegre: FCE/UFRGS, v. 33, n. 1, 2026. Disponível em: https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2026/04/Carta-Nape_03.2026_ok.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

OIT. **Tendencias del mercado laboral en América Latina y el Caribe**. Ginebra: OIT, 2026. Disponível em: <https://researchrepository.ilo.org/esploro/outputs/report/995710055302676>. Acesso em: 30 jul. 2026.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL